



Bureau
International
do Trabalho

Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil

Estimativas e tendências mundiais 2000-2012



Departamento de Governança e Tripartismo

Programa
Internacional
para a
Eliminação do
Trabalho Infantil
(IPEC)

Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil

Estimativas e tendências mundiais 2000-2012

Departamento de Governança e Tripartismo

Bureau international do Trabalho

Programa
Internacional
para a
Eliminação do
Trabalho Infantil
(IPEC)

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2013
Primeira edição: 2013

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam de proteção de direitos de propriedade intelectual em virtude do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos dessas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, solicitações para esses fins devem ser apresentadas ao Departamento de Publicações da OIT (Direitos e permissões), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Switzerland, ou por correio eletrônico: pubdroit@ilo.org. Solicitações dessa natureza serão bem-vindas. As bibliotecas, instituições e outros usuários registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

OIT-IPEC

Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil - Estimativas e tendências mundiais 2000-2012 / Bureau international do Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) - Genebra: OIT, 2013.

ISBN: 978-92-2-827181-2 (Print);

ISBN: 978-92-2-827182-9 (Web PDF)

International Labour Office; ILO International Programme on the Elimination of Child Labour

Disponível também em inglês: *Marking progress against child labour - Global estimates and trends 2000-2012*, ISBN: 978-92-2-127181-9 (Print); 978-92-2-127182-6 (Web PDF), Genebra, 2013; em francês: *Mesurer les progrès dans la lutte contre le travail des enfants - Estimations et tendances mondiales 2000-2012*, ISBN: 978-92-2-227181-8 (Print), 978-92-2-227182-5 (Web PDF), Genebra, 2013 e em espanhol: *Medir los progresos en la lucha contra el trabajo infantil - Estimaciones y tendencias mundiales entre 2000 y 2012*, ISBN: 978-92-2-327181-7 (Print); 978-92-2-327182-4 (Web PDF), Genebra, 2013.

Dados de Catalogação OIT

As designações empregadas e a forma na qual dados são apresentados nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, não implicam nenhum julgamento por parte da Organização Internacional do Trabalho sobre a condição jurídica de nenhum país, zona ou território citado ou de suas autoridades e tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras. A responsabilidade por opiniões expressas em artigos, estudos e outras colaborações cabe exclusivamente aos seus autores e sua publicação não significa que a OIT as endosse. Referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho e o fato de não serem mencionadas empresas ou processos ou produtos comerciais não implica nenhuma desaprovação.

As publicações e produtos eletrônicos da OIT podem ser obtidos nas principais livrarias ou no International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Switzerland ou www.ilo.org/publns. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima ou por e-mail: pubvente@ilo.org

Visite o nosso sítio web: www.ilo.org/ipec

Design e impressão pelo Centro Internacional de Formação da OIT, Turim - Itália



Índice

Resumo executivo	vii
Introdução	1
Principais resultados, progressos e desafios	3
Novas estimativas mundiais sobre a natureza e a extensão do trabalho infantil.....	3
<i>Resumo das tendências</i>	3
Outros resultados significativos	4
<i>O quadro regional</i>	4
<i>Trabalho infantil e sexo</i>	5
<i>Trabalho infantil e grupo etário</i>	6
<i>Trabalho infantil e nível de rendimento nacional</i>	7
<i>Distribuição setorial do trabalho infantil</i>	7
Ações de base das estimativas e tendências.....	8
<i>Implementação das Convenções da OIT</i>	8
<i>Opções políticas</i>	10
<i>Legislação</i>	10
<i>O papel especial da OIT</i>	11
<i>Avanços futuros</i>	12
O quadro actual: estimativas mundiais do trabalho infantil para 2012	15
Visão geral	15
Envolvimento em trabalho infantil	17
<i>Trabalho infantil por região</i>	17
<i>Trabalho infantil por grupo etário</i>	18
<i>Trabalho infantil por sexo</i>	18
Envolvimento em trabalho perigoso.....	20
<i>Trabalho perigoso por região</i>	20
<i>Trabalho perigoso por grupo etário</i>	21
<i>Trabalho perigoso por sexo</i>	21
<i>Trabalho forçado de crianças</i>	21
Características do trabalho infantil	23
O quadro regional dinâmico: tendências do trabalho infantil para o período 2000-2012	25
Visão geral	25
Tendências do trabalho infantil	28
<i>Tendências do trabalho infantil por região</i>	28
<i>Tendências do trabalho infantil por grupo etário</i>	30
<i>Tendências do trabalho infantil por sexo</i>	30

Tendência do trabalho perigoso	32
<i>Tendências do trabalho perigoso por grupo etário</i>	33
<i>Tendências do trabalho perigoso por sexo</i>	34
Alterações nas características do trabalho infantil.....	35

Perspectivas futuras..... 37

Referências..... 41

Anexo: conceitos e definições 45

QUADROS

Quadro 1. <i>Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012</i>	3
Quadro 2. <i>Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por região, grupo etário 5-17 anos, 2012</i>	4
Quadro 3. <i>Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por região, grupo etário 5-17 anos, 2008 e 2012</i>	5
Quadro 4. <i>Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por sexo, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012</i>	6
Quadro 5. <i>Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por grupo etário, 2000-2012</i>	6
Quadro 6. <i>Distribuição de crianças em trabalho infantil por nível de rendimento nacional, grupo etário 5-17 anos, 2012</i>	7
Quadro 7. <i>Distribuição setorial de crianças em atividade econômica, número e repartição percentual, grupo etário 5-17 anos, 2008 e 2012</i>	8
Quadro 8. <i>Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por sexo, grupo etário e região, 2012</i>	15
Quadro 9. <i>Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso, por sexo e grupo etário, 2000-2012</i>	27
Quadro 10. <i>Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por região, grupo etário 5-17 anos, 2008 e 2012</i>	27

GRÁFICOS

Gráfico 1. <i>Número de ações comunicadas no contexto das Convenções N.º 138 e N.º 182 por tipo, 1999-2005, 2006-2009 e 2010-2013</i>	9
Gráfico 2. <i>Número de crianças em trabalho infantil e trabalho perigoso, nível atual para 2000-2012 e níveis para 2016-2020, considerando o ritmo de progresso realizado durante 2008-2012</i>	13
Gráfico 3. <i>Trabalho infantil por região, grupo etário 5-17 anos, 2012</i>	17
Gráfico 4. <i>Distribuição de crianças em trabalho infantil, por grupo etário, 2012</i>	18
Gráfico 5. <i>Envolvimento de crianças em trabalho infantil por sexo e grupo etário, 2012</i>	19



Gráfico 6. <i>Envolvimento de crianças em trabalho perigoso por região, grupo etário 5-17 anos, 2012</i>	20
Gráfico 7. <i>Distribuição de crianças em trabalho perigoso por grupo etário, 2012</i>	21
Gráfico 8. <i>Distribuição setorial de crianças em trabalho infantil, grupo etário 5-17 anos, 2012</i>	22
Gráfico 9. <i>Envolvimento das crianças em trabalho infantil por regime de emprego, grupo etário de 5-17 anos, 2012</i>	23
Gráfico 10. <i>Tendências mundiais da incidência de trabalho infantil e trabalho perigoso, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012</i>	25
Gráfico 11. <i>Tendências mundiais do número de crianças em trabalho infantil e trabalho perigoso, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012</i>	26
Gráfico 12. <i>Tendências regionais no número de crianças em trabalho infantil, grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012</i>	28
Gráfico 13. <i>Tendências regionais na incidência de trabalho infantil, grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012</i>	29
Gráfico 14. <i>Alterações na distribuição regional de crianças em trabalho infantil, grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012</i>	29
Gráfico 15. <i>Tendências do trabalho infantil por grupo etário, 2000-2012</i>	30
Gráfico 16. <i>Tendências do trabalho infantil por sexo, por grupo etário de 5-17 anos, 2000-2012</i>	31
Gráfico 17. <i>Alterações relativas do trabalho infantil e trabalho perigoso, por grupo etário de 5-17 anos, 2000-2012</i>	32
Gráfico 18. <i>Tendências do trabalho perigoso por grupo etário, 2000-2012</i>	33
Gráfico 19. <i>Tendências do trabalho perigoso por sexo, por grupo etário de 5-17 anos, 2000-2012</i>	34
Gráfico 20. <i>Tendências do trabalho infantil por setor e regime de actividade, por grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012</i>	35
Gráfico 21. <i>Crianças em atividade econômica, trabalho infantil ou piores formas de trabalho infantil</i>	46
Gráfico 22. <i>Quadro conceitual da estimativa mundial da OIT sobre o trabalho infantil</i>	47

Resumo executivo



Desde o ano 2000, a OIT tem estudado e medido o progresso mundial registrado na luta pela redução do trabalho infantil. E, desde 2006, tem realizado esta análise à luz do objetivo definido pela Organização Internacional do Trabalho para erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016. O presente Relatório decorre da série “Relatório Global” sobre o trabalho infantil, em consonância com a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Neste Relatório são apresentados os novos dados da quarta rodada das estimativas de trabalho infantil para 2012 e a identificação das tendências de 2000 a 2012. Estas estimativas são baseadas em métodos estatísticos mais aperfeiçoados, e são totalmente comparáveis com as estimativas das rodadas de 2000, 2004 e 2008.

O Relatório encontra-se dividido em 4 partes. No Capítulo 1 são apresentados os principais resultados das estimativas e tendências mais recentes, assim como uma breve visão geral sobre as ações determinantes para os resultados obtidos. No Capítulo 2 são apresentadas, de modo pormenorizado, as novas estimativas para o ano 2012. O Capítulo 3 apresenta um quadro dinâmico mundial, com atualização das tendências para o período 2000-2012, enquanto o Capítulo 4 apresenta algumas reflexões para o futuro. A data de publicação deste Relatório destinou-se a permitir a sua utilização como contributo para a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada em Brasília em Outubro de 2013.

Contrastando com os resultados divulgados no Relatório Global de 2010, e publicados antes da Conferência Global sobre o Trabalho Infantil realizada na Haia (Países Baixos) em Maio de 2010, as mais recentes estimativas mostram o real avanço verificado na luta contra o trabalho infantil, de modo particular nos últimos 4 anos. Tal significa que os governos, as organizações de trabalhadores e empregadores, e a sociedade civil se encontram no caminho correto e movendo-se na direção certa. O investimento, a experiência e a atenção prestados à eliminação do trabalho infantil, com a prioridade concedida às suas piores formas, está claramente dando resultados.

No entanto, apesar da boa notícia, esses esforços devem ser acompanhados com um aviso imediato de que, neste campo, o êxito é apenas relativo. Conforme sublinhado pelo Relatório Global anterior, o progresso é ainda demasiado lento e o seu ritmo deve ser acelerado, se a comunidade internacional desejar atingir o objetivo de 2016 com que se comprometeu.

Segundo as novas estimativas apresentadas no presente Relatório, **168 milhões de crianças** em todo o mundo estão em situação de trabalho infantil; esse número representa cerca de 11 por cento da totalidade da população infantil. As crianças que executam trabalhos perigosos que colocam diretamente em risco a sua saúde, a sua segurança e o seu desenvolvimento moral perfazem mais de metade das crianças trabalhadoras, com um total de 85 milhões em termos absolutos. O maior número absoluto de crianças trabalhadoras encontra-se na região da Ásia-Pacífico,

mas a África Subsariana continua a ser a região com a mais elevada incidência de trabalho infantil, com mais de uma em cada cinco envolvida nesta prática.

Com relação ao período de 12 anos iniciado em 2000, o quadro dinâmico revela um progresso significativo. No final deste período, existiam cerca de 78 milhões crianças trabalhadoras a menos que no início do período: uma redução de cerca de um terço. A redução no trabalho infantil do número de meninas foi particularmente acentuada, com uma redução de 40 por cento. Quanto aos meninos, a redução foi de 25 por cento. O número total de crianças envolvidas em trabalho perigoso, representa, de longe, a maior parte das crianças ativas nas piores formas de trabalho infantil e sofreu uma redução de mais de metade. O progresso foi também relevante entre as crianças mais jovens, com o trabalho infantil neste grupo a mostrar uma redução superior a um terço, entre 2000 e 2012.

A redução do trabalho infantil apresentou a sua maior redução durante o período mais recente (2008-2012). A região da Ásia-Pacífico registrou, claramente, a maior redução do trabalho infantil em termos absolutos entre as crianças no grupo etário de 5-17 anos, durante o período 2008-2012.

Este recente progresso representa notícias promissoras, já que existiam receios de que as dificuldades sociais provocadas pela crise econômica mundial de 2008-2009 e pelas respectivas consequências poderiam criar as condições para um aumento no número de famílias que recorressem ao trabalho infantil para equilibrar os respectivos orçamentos. O Relatório deixa antever as razões para tal aumento não ter acontecido e chama a atenção de todos para o risco de as crianças mais velhas poderem vir a cair em situação de trabalho infantil, quando a economia mundial começar a recuperar. Em muitos países, o progresso já registrado é frágil e deve ser monitorizado e reforçado para assegurar a sua sustentabilidade.

Pela primeira vez, as estimativas mundiais para o trabalho infantil foram apresentadas para os diversos níveis de rendimentos nacionais. A incidência do trabalho infantil é, sem surpresas, mais elevada nos países mais pobres. No entanto, quando a situação é observada em termos absolutos, os países com nível de rendimentos médio são também os que acolhem os maiores números de crianças trabalhadoras. Assim, a luta contra o trabalho infantil não deve ser apenas limitada aos países mais pobres. O mesmo padrão é

também registrado nas famílias no interior dos países – o trabalho infantil é muito mais frequente nas famílias mais pobres, mas não se encontra limitado às elas.

As novas estimativas mundiais fornecem também novas informações sobre os setores onde se encontram as crianças trabalhadoras. A agricultura é, sem dúvida, o setor mais importante, mas os números de crianças envolvidas em trabalho infantil nos setores dos serviços e da indústria não devem ser desprezados e apresentam valores crescentes em termos relativos. Isso significa que, apesar da luta contra o trabalho infantil no setor agrícola continuar a ser uma prioridade importante, torna-se claro que os esforços para a eliminação do trabalho infantil devem também estar concentrados na percentagem crescente de crianças em atividade nos serviços e na indústria manufatureira – e principalmente nos segmentos informais da economia.

Como se chegou a estes progressos nos últimos 12 anos? A diminuição do trabalho infantil ocorreu no âmbito de um movimento mundial sustentado contra o trabalho infantil que envolveu a intervenção de diversos atores e ações em diversos níveis. O Relatório identifica diversas ações que serviram de impulso a esse progresso, incluindo o compromisso político dos governos, o número crescente de ratificações das Convenções N.º 182 da OIT (Piores Formas de Trabalho Infantil) e N.º 138 da OIT (Idade Mínima), que constituem os dois principais pilares jurídicos da luta mundial contra o trabalho infantil, de opções políticas saudáveis e de quadros legislativos robustos.

Ninguém pode reivindicar sozinho os créditos desses resultados, já que muitos – incluindo a OIT e o IPEC – ajudaram a atrair a atenção para os impactos negativos do trabalho infantil no seu crescimento da economia, no futuro das sociedades em que estão integradas e nos direitos de tais crianças. Muitos parceiros contribuíram também para a construção de alternativas para o trabalho infantil. Merece ainda uma menção especial o papel de liderança da OIT na luta contra o trabalho infantil, através da combinação das normas de trabalho internacionais e respectivo sistema de supervisão, com a assistência técnica e o aconselhamento, o apoio a ações-piloto diretas, os projectos de desenvolvimento de capacidades, assim como a ajuda à criação de quadros jurídicos mundiais e nacionais.

Defende-se nos Relatórios Globais sobre o trabalho infantil que, apesar do crescimento econômico ser



importante, as escolhas políticas podem ser ainda mais. Nunca tal foi tão claro como no período mais recente (2008-2012) coberto pelo Relatório, em que se verificou um progresso continuado na luta contra o trabalho infantil, apesar da situação de crise econômica mundial e das suas consequências.

São evidentes a maior atenção, o comprometimento e o envolvimento dos governos nesta questão.

As opções políticas e os investimentos concomitantes realizados na educação e na proteção social parecem ser particularmente relevantes na diminuição do trabalho infantil.

O progresso significativo já realizado demonstra que a estratégia global definida nos planos de ação da OIT, incluindo o Roteiro de Haia, parece ser saudável e com capacidade para produzir resultados positivos em termos de orientação política estratégica. A integração de ações em termos de legislação e sua aplicação efetiva, educação, proteção social e promoção de oportunidades de trabalho digno ou decente em níveis nacional e internacional parece constituir uma fórmula para o sucesso. O apoio às ações diretas no terreno, com o desenvolvimento de políticas que se elevam a escala nacional, e a sua implementação e monitoramento deve permanecer uma alta prioridade para os governos e organizações de trabalhadores e empregadores, assim como para os doadores e outros parceiros.

A questão essencial a ter em conta no futuro é saber se se avança demasiado depressa e tomar as ações apropriadas onde sejam mais necessárias e eficazes. Manifestamente, não será possível atingir, em 2016, o objetivo de eliminar as piores formas de trabalho infantil. Os Relatórios Globais anteriores já indicavam isso e o perigo do imobilismo e os resultados atuais apenas reforçam a credibilidade de tais avisos. Apesar dos avanços significativos já atingidos, a erradicação do flagelo do trabalho infantil num futuro próximo irá exigir uma aceleração substancial dos esforços em todos os níveis. Existem 168 milhões de boas razões para aceleração os nossos esforços.

A experiência passada e as provas decorrentes de estudos sublinham uma particular necessidade para o reforço das ações em 4 amplas áreas políticas: legislação e mecanismos de aplicação das leis sobre a idade mínima de acesso ao emprego e a proibição do trabalho pelas crianças, existência de uma educação e desenvolvimento de competências acessíveis,

relevantes e significativas, existência de pisos de proteção social e a expansão das oportunidades de trabalho digno para os jovens acima da idade mínima legal e para os seus pais.

O Relatório identifica também a necessidade de reforço das ações relativas às respostas específicas da idade e sexo para o trabalho infantil, uma atenção continuada à situação em África, em particular ao trabalho infantil na agricultura e uma nova atenção ao trabalho infantil na indústria manufactureira e nos serviços na economia informal e o reforço das ações nacionais para monitoramento e avaliação do impacto das políticas e ações na luta contra o trabalho infantil. Devemos todos continuar a aprender com as ações já realizadas, mas ser também inovadores e arrojados na resolução das causas profundas do trabalho infantil.

Outro conjunto de sugestões centra a sua atenção na continuação da construção da base de conhecimento, no fortalecimento das estatísticas já existentes e na elaboração de conjuntos de dados estatísticos nacionais em todos os países. A insuficiência da informação não pode constituir justificativa para a falha na ação. Mas, ao mesmo tempo, é também fundamental melhorar os mecanismos de informação sobre o trabalho infantil para reforçar as respostas políticas e para assegurar a alocação de recursos às áreas onde sejam mais necessários.

A principal mensagem deste Relatório é estimular a esperança e a determinação para se manter o rumo, acelerar o ritmo e reforçar a ação. A nossa missão na eliminação do trabalho infantil está longe de estar terminada, mas os resultados da quarta rodada de estimativas mostram claramente que não é uma tarefa impossível.

Introdução



Esta é a 4.^a edição da série de relatórios da OIT: Estimativas Mundiais do Trabalho Infantil.¹ O presente Relatório apresenta as novas estimativas mundiais e regionais do trabalho infantil para o ano 2012 e a sua comparação com as anteriores estimativas de 2000², 2004³ e 2008.⁴

O Relatório é baseado em dados crescentes obtidos por pesquisas nacionais sobre o trabalho infantil (pesquisas SIMPOC)⁵ e outras fontes. O *Understanding Children's Work* (UCW), um programa interagencial para elaboração de estatísticas e investigação sobre o trabalho infantil, permitiu o acesso a dados não originários da OIT e prestou ajuda na sua análise.⁶

As novas estimativas sobre trabalho infantil são

baseadas em técnicas de análise mais elaboradas totalmente compatíveis com as realizadas em 2000, 2004 e 2008. Essas estimativas beneficiaram-se também (a) dos padrões estatísticos internacionais sobre trabalho infantil adotadas pela 18.^a Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (ICLS) realizada em 2008, e de (b) de uma abordagem integrada à realização das estimativas através de esquemas de cálculo normalizados para os dados nacionais e procedimentos de estimativa compostos para a determinação das tendências globais e regionais.⁷

O restante do Relatório encontra-se estruturado do modo descrito a seguir. No Capítulo 1 são referidos os principais resultados das estimativas de 2012. No Capítulo 2 é apresentada a situação atual do trabalho infantil. No Capítulo 3 é apresentada a dinâmica da situação do trabalho infantil, através da comparação dos resultados de 2012 com os resultados de 2000, 2004 e 2008. Para os Capítulos 2 e 3, os dados foram desagregados, na medida do possível, por grupo etário, sexo, região, ramo de atividade econômica, nível de rendimento nacional e estado na atividade econômica. No Capítulo 4, algumas reflexões para o futuro são apresentadas. No Anexo são apresentados os conceitos e os métodos utilizados para a obtenção das estimativas mundiais do trabalho infantil.

¹ Anteriormente (em 2002, 2006 e 2010), as estimativas mundiais do trabalho infantil foram divulgadas ao mesmo tempo que o Relatório Global do Trabalho Infantil do Diretor-Geral, como parte do seguimento à Declaração da OIT sobre Princípios Fundamentais e Direitos do Trabalho, e foram analisadas no seu âmbito. A série de "Relatórios Globais", elaborados no âmbito da Declaração de 1998 foi interrompida em 2011.

² OIT-IPEC. *Every Child Counts – New Global Estimates on Child Labour*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT, 2002).

³ OIT-IPEC: Hagemann F., et al. *Global child labour trends 2000 to 2004*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT, 2006).

⁴ OIT-IPEC: Diallo Y., et al. *Global child labour developments: Measuring trends from 2004 to 2008*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT, 2010).

⁵ O Programa de Monitoramento e Informação Estatística sobre Trabalho Infantil (SIMPOC) é uma seção de estatísticas do IPEC. O SIMPOC auxilia os países na recolha, documentação, processamento e análise de dados relevantes sobre o trabalho infantil.

⁶ Understanding Children's Work (UCW) é um programa conjunto da OIT, UNICEF e Banco Mundial.

⁷ Em publicação técnica separada é apresentada em pormenor a metodologia de estimativa e os dados de base utilizados. Ver OIT-IPEC: Diallo, Y., et al. *Global child labour trends 2008 to 2012*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT, 2013).

Principais resultados, progressos e desafios



1

Novas estimativas mundiais sobre a natureza e a extensão do trabalho infantil

Em todo o mundo, um número demasiado elevado de crianças continua armadilhado no trabalho infantil, comprometendo, assim, o seu futuro individual e o futuro coletivo. As novas estimativas apresentadas no presente Relatório indicam que 168 milhões de crianças em todo o mundo são crianças trabalhadoras; este número representa cerca de 11 por cento da totalidade da população infantil. As crianças que executam trabalhos perigosos que colocam diretamente em risco a sua saúde, a sua segurança e o seu desenvolvimento moral perfazem cerca da metade das crianças trabalhadoras, com um total de 85 milhões em termos absolutos. O risco de trabalho infantil é o mais elevado para as crianças na África subsariana, onde 1 em cada 5 crianças está no trabalho infantil. No conjunto, os resultados apresentados no presente Relatório não deixam dúvidas de que um mundo sem trabalho infantil é ainda uma realidade muito longínqua.

Resumo das tendências

No entanto, os resultados das últimas estimativas indicam também claramente que, quanto a essa realidade, estamos no bom caminho. Como resultados dos esforços estatísticos da OIT, nesta quarta rodada das Estimativas Mundiais, foi possível obter uma imagem dinâmica da situação do trabalho infantil no mundo para um período de 12 anos iniciado em 2000. Essa imagem dinâmica mostra um progresso significativo. No final deste período, existiam cerca de 78 milhões a menos de crianças trabalhadoras, em relação ao início do período: uma redução de cerca de um terço. A redução do número de meninas no trabalho infantil foi particularmente acentuada no período 2000-2012, com uma redução de 40 por cento, enquanto os meninos, tiveram uma redução de 25 por cento.

A redução do envolvimento das crianças nas piores formas de trabalho infantil constitui o desafio mais

Quadro 1. Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012

		Crianças em atividade econômica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
		('000)	%	('000)	%	('000)	%
Mundo	2000	351 900	23,0	245 500	16,0	170 500	11,1
	2004	322 729	20,6	222 294	14,2	128 381	8,2
	2008	305 669	19,3	215 209	13,6	115 314	7,3
	2012	264 427	16,7	167 956	10,6	85 344	5,4

urgente na esfera do trabalho infantil a ser enfrentado pela comunidade internacional e quaisquer progressos obtidos nesta área serão especialmente digno de nota. O número total de crianças com idades de 5-17 anos em situação de trabalho perigoso, o que compreende, de longe, a maior parcela de crianças envolvidas nas piores formas de trabalho infantil, foi reduzido a metade durante este período de 12 anos, de 171 para 85 milhões.

A redução do trabalho infantil foi mais acentuada durante o período mais recente (2008-2012) coberto pelo presente Relatório. O número de crianças trabalhadoras diminuiu 47 milhões, de 215 para 168 milhões, e o número de crianças em trabalhos perigosos diminuiu 30 milhões, de 115 para 85 milhões, durante o mesmo período. Este recente progresso representa notícias promissoras, já que existiam receios de que as dificuldades sociais provocadas pela crise econômica mundial de 2008-2009 e suas consequências criariam as condições para um aumento no número de famílias recorrendo ao trabalho infantil para fechar as contas domésticas. E porque não se materializaram tais receios? Pelo menos, duas razões parecem ser as mais importantes. Em primeiro lugar, apesar das economias em desenvolvimento não terem sido poupadas à crise, foram também mais rápidas a recuperar-se dos seus efeitos, apesar de, contudo, a uma taxa de crescimento mais lenta. Em segundo lugar, relativamente às crianças mais velhas, existe a probabilidade do fraco crescimento econômico no período pós-crise ter abrandado a procura de emprego, incluindo a procura de trabalhadores no grupo etário dos 15 aos 17 anos. Estes fatos exigem uma maior atenção para o risco de trabalho infantil entre as crianças mais velhas, quando a economia mundial iniciar a sua recuperação.

Mas outra lição importante dessa redução é que

a atenção prestada ao trabalho infantil pelos Estados, os empregadores, os trabalhadores e outros parceiros chaves nestas matérias, começou já a dar frutos. Ninguém pode reivindicar sozinho os créditos desses resultados, já que muitos – incluindo a OIT e o IPEC – ajudaram a atrair a atenção para os impactos negativos do trabalho infantil no crescimento, no futuro das sociedades em que estão inseridas e nos direitos de tais crianças. Muitos parceiros contribuíram também para a construção de alternativas para o trabalho infantil. Estas são as lições que devem continuar a impulsionar a ação do IPEC no futuro.

Outros resultados significativos

Para além dos resultados mundiais referidos acima, o presente Relatório apresenta também novas estimativas do trabalho infantil classificadas por região, sexo, grupo etário e nível de rendimento nacional. O Relatório avalia ainda as características do trabalho infantil e o modo como elas mudaram ao longo do tempo. São apresentados, a seguir, os resultados mais significativos em cada uma dessas áreas.

O quadro regional

O maior número absoluto de crianças trabalhadoras encontra-se na região da Ásia-Pacífico, mas a África Subsariana continua a ser a região com a mais elevada incidência de trabalho infantil, mesmo após o declínio aí verificado. Para o grupo etário de 5 a 17 anos, as crianças trabalhadoras perfazem cerca de 77,7 milhões na região da Ásia-Pacífico. Para o mesmo grupo etário, existem 59,0 milhões de crianças trabalhadoras na África Subsariana, 12,5 milhões na América Latina e Caraíbas e 9,2 milhões no Médio Oriente e Norte de África. Em termos relativos, contudo, a maior preocupação continua a ser a região

Quadro 2. Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por região, grupo etário 5-17 anos, 2012

Região ^(a)	Crianças em atividade econômica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
	('000)	%	('000)	%	('000)	%
Ásia-Pacífico	129 358	15,5	77 723	9,3	33 860	4,1
América Latina e Caraíbas	17 843	12,5	12 505	8,8	9 638	6,8
África Subsariana	83 570	30,3	59 031	21,4	28 767	10,4
Médio Oriente e Norte de África	13 307	12,1	9 244	8,4	5 224	4,7

Nota: (a) Os totais regionais perfazem menos do que os totais mundiais porque estes incluem países fora das 4 regiões principais aqui referidas.



Quadro 3. Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por região, grupo etário 5-17 anos, 2008 e 2012

Região		População de crianças	Crianças em atividade econômica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
		('000)	('000)	%	('000)	%	('000)	%
Ásia-Pacífico	2008	853 895	174 460	20,4	113 607	13,3	48 164	5,6
	2012	835 334	129 358	15,5	77 723	9,3	33 860	4,1
América Latina e Caraíbas	2008	141 043	18 851	13,4	14 125	10,0	9 436	6,7
	2012	142 693	17 843	12,5	12 505	8,8	9 638	6,8
África Subsariana	2008	257 108	84 229	32,8	65 064	25,3	38 736	15,1
	2012	275 397	83 570	30,3	59 031	21,4	28 767	10,4

da África Subsariana. Aqui, mais de 1 em cada 5 crianças (21 por cento) no grupo etário dos 5 aos 17 anos encontra-se em situação de trabalho infantil. Nesse grupo, existem 9 por cento de crianças na região da Ásia-Pacífico e América Latina e Caraíbas e 8 por cento no Médio Oriente e Norte de África.

A região da Ásia-Pacífico registrou, de longe, a maior redução absoluta de trabalho infantil nos grupos etários de 5 a 17 anos, durante o período 2008-2012, de 114 milhões para 78 milhões. O número de crianças trabalhadoras no mesmo grupo etário diminuiu também na África Subsariana (em 6 milhões) e, de modo mais modesto, na América Latina e Caraíbas (em 1,6 milhões). Deve ser referido que a diminuição de crianças trabalhadoras na região da África Subsariana, ao contrário do ocorrido nas outras regiões, ocorreu no contexto de um *aumento* significativo na população infantil. Isso significa que a diminuição verificada é inteiramente devida à diminuição da *incidência* do trabalho infantil e não a fatores demográficos.

O impacto final dessas mudanças é que a população mundial de crianças trabalhadoras ficou mais concentrada na região da África Subsariana. E, enquanto a África Subsariana representava 30 por cento de todas as crianças de 5 a 17 anos encontradas no trabalho infantil em 2008, 4 anos mais tarde, esse valor aumentou para 35 por cento.

Devido a algumas deficiências nos dados, o quadro regional do trabalho infantil ainda permanece parcial na sua representação. Existem dados insuficientes para gerar estimativas separadas para a Europa do Leste e a Ásia Central, a região do Pacífico e o Caraíbas ou para as economias industrializadas.

Trabalho infantil e sexo

O envolvimento no trabalho infantil é, em termos globais, muito mais elevado entre os meninos do que entre as meninas no grupo etário dos 5 a 17 anos (99,8 milhões de meninos e 68,2 milhões de meninas). A magnitude da redução do trabalho infantil nas meninas foi superior à dos meninos e a diferença de gênero em termos de envolvimento em atividades econômicas decresceu no período 2000-2012. Enquanto as meninas representavam 46,2 por cento da totalidade das crianças trabalhadoras em 2000, este número diminuiu para apenas 40,6 por cento em 2012. Mas, deve salientar-se que esses números podem subestimar o envolvimento das meninas no trabalho infantil relativamente ao dos meninos, por não incluírem o seu envolvimento em tarefas domésticas, particularmente as tarefas *perigosas*, uma dimensão do trabalho infantil não incluída nas estimativas mundiais.⁸ Outros dados do conhecimento da OIT indicam que as meninas podem estar mais presentes em formas menos visíveis de trabalho infantil (e, por isso, menos registradas pelas estatísticas), como o trabalho doméstico em residências privadas.

⁸ Apesar de, de acordo com as normais estatísticas internacionais mais recentes, a definição de trabalho infantil para efeitos de mensuração poder ser ampliada para incluir as "tarefas domésticas perigosas", esta dimensão do trabalho infantil não está incluída nas estimativas mundiais. Tal é devido a falta de dados e à falta de consenso sobre o que constituem as tarefas domésticas perigosas para efeitos de mensuração do trabalho infantil. Ver "Resolution II, Resolution concerning statistics of child labour" em OIT. *Report of the Conference*. 18a Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, Documento ICLS/18/2008/IV/FINAL, 24 de Novembro-5 de Dezembro de 2008 (Genebra, 2008).

Quadro 4. Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por sexo, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012

Sexo		Crianças em atividade econômica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
		('000)	%	('000)	%	('000)	%
Meninos	2000	184 200	23,4	132 200	16,8	95 700	12,2
	2004	171 150	21,3	119 575	14,9	74 414	9,3
	2008	175 777	21,4	127 761	15,6	74 019	9,0
	2012	148 327	18,1	99 766	12,2	55 048	6,7
Meninas	2000	167 700	22,5	113 300	15,2	74 800	10,0
	2004	151 579	19,9	102 720	13,5	53 966	7,1
	2008	129 892	16,9	87 508	11,4	41 296	5,4
	2012	116 100	15,2	68 190	8,9	30 296	4,0

Quadro 5. Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por grupo etário, 2000-2012

Grupo etário		Crianças em atividade econômica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
		('000)	%	('000)	%	('000)	%
5-11 anos	2012	73 072	8,5	73 072	8,5	18 499	2,2
12-14 anos	2012	70 994	19,6	47 381	13,1	19 342	5,3
5-14 anos	2000	211 000	17,6	186 300	15,5	111 300	9,3
	2004	196 047	16,2	170 383	14,1	76 470	6,3
	2008	176 452	14,5	152 850	12,6	52 895	4,3
	2012	144 066	11,8	120 453	9,9	37 841	3,1
15-17 anos	2000	140 900	42,4	59 200	17,8	59 200	17,8
	2004	126 682	35,2	51 911	14,4	51 911	14,4
	2008	129 217	35,0	62 419	16,9	62 419	16,9
	2012	120 362	33,0	47 503	13,0	47 503	13,0

Trabalho infantil e grupo etário

As crianças no grupo etário de 5 a 11 anos representam, de longe, a maior parte de todas as crianças trabalhadoras: 73 milhões, ou 44 por cento do total do trabalho das crianças. Estas jovens crianças trabalhadoras constituem uma preocupação política particular, por serem as mais vulneráveis a abusos no local de trabalho e ao risco da sua educação. É assim encorajador que o progresso tenha sido especialmente pronunciado entre as crianças mais jovens, com o trabalho infantil para este grupo a cair em mais de um terço (65,9 milhões) entre 2000 e 2012. O progresso foi variável no caso das crianças mais velhas, no grupo etário de 15 a 17 anos. Apesar de se ter registrado

uma diminuição absoluta no trabalho infantil de 11,7 milhões neste grupo etário no período 2000-2012, verificou-se um forte aumento no trabalho infantil entre 2004 e 2008. Novamente, estas flutuações indicam uma relação apertada entre as crianças trabalhadoras mais velhas e a evolução cíclica da economia. Este grupo de crianças trabalhadoras mais velhas, de 47,5 milhões, necessita também claramente de uma atenção política no futuro.



Quadro 6. Distribuição de crianças em trabalho infantil por nível de rendimento nacional, grupo etário 5-17 anos, 2012

Categoria de rendimento nacional	Total de crianças	Trabalho infantil	Trabalho infantil
	(‘000)	(‘000)	(%)
Baixo rendimento	330 257	74 394	22,5
Rendimento médio baixo	902 174	81 306	9,0
Rendimento médio alto	197 977	12 256	6,2

Trabalho infantil e nível de rendimento nacional⁹

Pela primeira vez, as estimativas mundiais do trabalho infantil foram apresentadas para os diversos níveis de rendimentos nacionais. A incidência do trabalho infantil é, sem surpresas, mais elevada nos países mais pobres. Vinte e três por cento das crianças em países de baixos rendimentos são crianças trabalhadoras, em comparação com 9 por cento das crianças dos países de rendimento médio baixo e com 6 por cento das crianças dos países de rendimento médio alto.

Quando observado em termos absolutos, o quadro é algo diferente. Os países de médio rendimento acolhem os maiores números de crianças trabalhadoras: existe um total de 93,6 milhões de crianças trabalhadoras em países de rendimento médio baixo, dos quais 12,3 milhões se encontram em países de rendimento médio alto; as crianças trabalhadoras em países de baixo rendimento perfazem um total de 74,4 milhões. Contudo, a luta contra o trabalho infantil não deve ser limitada aos países mais pobres.

Outro relatório recente da OIT indica que se verifica o mesmo padrão geral nas famílias no *interior* dos países – o trabalho infantil é muito mais frequente nas famílias mais pobres, mas não se encontra limitado às elas.¹⁰ Na verdade, a partir das estatísticas em nível nacional¹¹ sabe-se que existem números substanciais de crianças trabalhadoras em famílias nos quintis mais elevados do rendimento na maior parte dos países em

desenvolvimento. Esses resultados evidenciam que apesar do nível de rendimentos e a pobreza serem fatores determinantes para o trabalho infantil, não constituem de modo definitivo as únicas razões para as famílias enviarem as suas crianças para o trabalho. Por seu lado, estes dados indicam que as ações orientadas para o aumento dos níveis de rendimento nacionais e familiares, apesar de importantes, não são suficientes, por elas mesmo, para eliminar o trabalho infantil.

Distribuição setorial do trabalho infantil

As novas estimativas mundiais fornecem também novas informações sobre os setores onde se encontram as crianças trabalhadoras. A agricultura é, de longe, o setor mais importante, com 59 por cento da totalidade do trabalho infantil e mais de 98 milhões de crianças em termos absolutos. No entanto, os números de crianças trabalhadoras empregadas nos serviços¹² e na indústria¹³ não devem ser desprezados. Um total de 54 milhões de crianças pode ser encontrado no setor dos serviços (dos quais, 11,5 milhões em trabalhos domésticos) e 12 milhões podem ser encontrados na indústria. Em todos os setores, o número de meninos é superior ao das meninas, com a exceção importante do trabalho doméstico, uma forma de trabalho oculta da visão pública e fora da alçada das inspeções de trabalho, o que deixa essas crianças particularmente vulneráveis à exploração e aos maus-tratos.

Nos anos mais recentes, parece ter havido um aumento na importância relativa do trabalho infantil no setor dos serviços. A percentagem do total de crianças

⁹ A incidência do trabalho infantil não foi estimada para os países com nível de rendimentos elevados, devido a limitações de dados.

¹⁰ OIT-IPEC. *World report on child labour: Economic vulnerability, social protection and the fight against child labour*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT, 2013).

¹¹ Base de dados estatísticos nacionais sobre trabalho infantil do UCW. Disponível em: <http://www.ucw-project.org/Pages/ChildLabIndicator.aspx>.

¹² Os subsectores dos serviços com maior incidência de trabalho infantil são a hotelaria e a restauração, o comércio varejista e atacadista; a manutenção e reparação de veículos automóveis; os transportes; outros serviços à comunidade, sociais e pessoais; e o trabalho doméstico.

¹³ Os subsectores industriais com maior relevância para o trabalho infantil são a construção, a exploração mineira e a indústria manufactureira.

Quadro 7. Distribuição setorial de crianças em atividade econômica, número e repartição percentual, grupo etário 5-17 anos, 2008 e 2012

Setor ^(a)	2008		2012	
	('000)	Porcentagem	('000)	Porcentagem
Agricultura	129 161	60,0	98 422	58,6
Indústria	15 068	7,0	12 092	7,2
Serviços	55 109	25,6	54 250	32,3
(dos quais, em serviços domésticos)	(10 557)	(4,9)	(11 528)	(6,9)

Nota: (a) Excluem-se as crianças com informação inexistente sobre o setor de atividade econômica.

trabalhadoras no setor dos serviços aumentou, de 26 por cento em 2008 para 32 por cento em 2012. Parte desse aumento pode ser em parte devido ao fato de que menos crianças trabalhadoras estão na categoria “não definido” em 2012, apontando para um melhor cálculo das crianças no setor de serviços, em especial os da economia informal.

Estes resultados mundiais são consistentes com as tendências observadas em países como o México, o Brasil e a Indonésia, o que mostra também como o trabalho infantil *fora* do setor agrícola, e particularmente o trabalho infantil nos serviços, tem ganhado terreno em termos de importância relativa. Apesar da luta contra o trabalho infantil na agricultura permanecer uma prioridade importante, torna-se claro que os esforços para a eliminação do trabalho infantil devem também concentrar-se na percentagem crescente de crianças no setor dos serviços e um número não desprezível de crianças empregadas na indústria manufatureira.

Ações de base das estimativas e tendências

Como se chegou a esses progressos nos últimos 12 anos? A diminuição do trabalho infantil ocorreu no âmbito de um movimento mundial sustentado contra o trabalho infantil que envolveu a intervenção de diversos atores e ações em diversos níveis.

Implementação das Convenções da OIT

Durante os últimos 12 anos, o compromisso político dos governos foi fundamental. Este compromisso pode ser ilustrado pela ratificação, historicamente rápida, da Convenção N.º 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e a adoção paralela da Convenção

N.º 138 da OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, os dois principais pilares jurídicos para a luta mundial contra o trabalho infantil.¹⁴ A Convenção N.º 182 – adotada em 1999 – registrou a mais rápida ratificação de todos os tempos entre todas as Convenções da OIT, sendo 2000 o ano em que a C138 ultrapassou a marca das 100 ratificações. Através da sua ratificação dessas Convenções, os países reconhecem formalmente que o trabalho infantil não é aceitável e responsabilizam-se por lhe pôr fim. Com a sua ratificação, os Estados comprometem-se a comunicar regularmente à OIT os progressos registrados na sua implementação, assumindo assim a responsabilidade de prestação de contas perante a comunidade internacional. O Gráfico 1 indica as ações de seguimento comunicadas pelos Estados ratificantes sobre as Convenções N.º 138 e N.º 182 nos termos estabelecidos pela Comissão de Peritos sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações (CEACR).

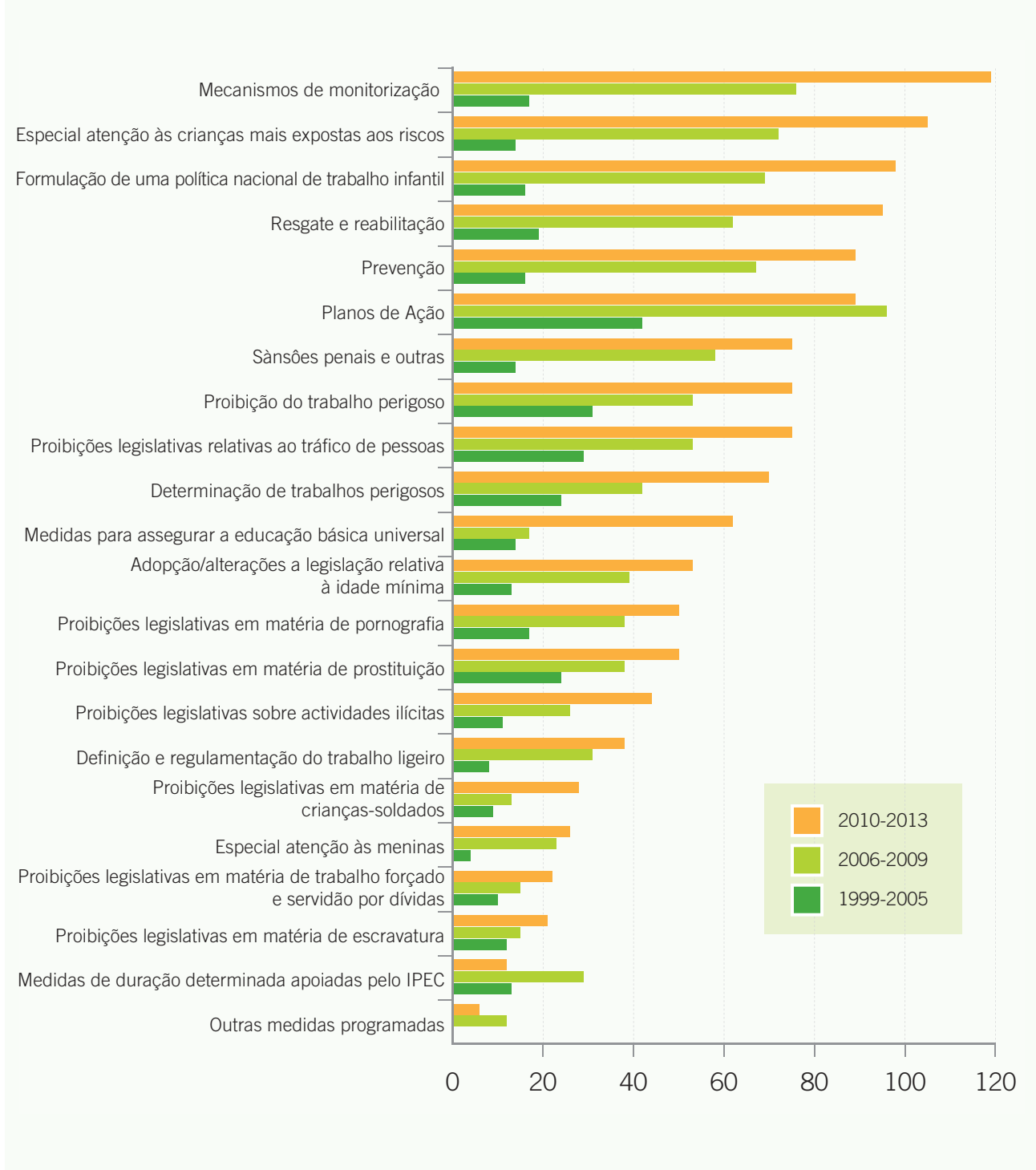
Essas normas da OIT sobre trabalho infantil adquiriram o reconhecimento de normas internacionalmente aceitas sobre os direitos das crianças. Por exemplo, o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança considerou sempre as normas da OIT como referência para a avaliação da situação de exploração econômica no exame dos relatórios periódicos dos Estados Membros da Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC). Esta interligação entre a OIT e a CRC foi sublinhada em numerosas ocasiões nas Resoluções e relatórios das Nações Unidas.¹⁵

¹⁴ Até à data, a Convenção N.º 138 foi ratificada por 166 Estados e a Convenção N.º 182 por 177, num conjunto de 185 estados-membros da ILO, aproximando-se ambas do objetivo da ratificação universal.

¹⁵ Consultar, por exemplo, Secretário Geral das Nações Unidas



Gráfico 1. Número de ações comunicadas no contexto das Convenções N.º 138 e N.º 182 por tipo, 1999-2005, 2006-2009 e 2010-2013



(2009). *Status of the Convention on the Rights of the Child*. Documento das Nações Unidas, A/64/172. 64a reunião da Assembleia Geral nas Nações Unidas, 27 de Julho de 2009, Tema 67(a) do programa provisório, promoção e protecção dos direitos das crianças.. No seu parágrafo 13 consta uma definição simples sobre o trabalho infantil: “O trabalho infantil é o trabalho para o qual a criança é demasiado nova — trabalho efetuado antes da idade mínima legal — ou o trabalho que, devido à sua natureza ou condições nocivas, seja, de um modo geral,

inaceitável para as crianças e seja proibido”. Esta declaração é uma forma simplificada dos requisitos definidos pelas normas da OIT.



Opções políticas

Na realidade, mais importante do que os compromissos políticos e jurídicos *em si*, é o fato de tais compromissos serem acompanhados por boas escolhas e estruturas legislativas sólidas. Alega-se, nos Relatórios Globais sobre o trabalho infantil, que, apesar do crescimento econômico ser importante, as opções políticas podem ser ainda mais. Nunca tal foi tão claro como no período mais recente (2008-2012), coberto pelo Relatório, em que se verificou um progresso continuado na luta contra o trabalho infantil, apesar da situação de crise econômica mundial e das suas consequências.

As opções políticas e os investimentos correspondentes realizados em duas áreas parecem ter sido particularmente relevantes para a diminuição do trabalho infantil nos últimos 12 anos. A primeira área é a *educação*. O movimento mundial Educação para Todos (*Education For All, EFA*) ajudou a mobilizar novos e importantes investimentos para melhorar o acesso e a qualidade da escola, o que, por sua vez, forneceu a mais famílias a oportunidade de enviar os seus filhos à escola em vez de os enviar para o trabalho, com claras vantagens para si mesmas. Não é por acaso que a rápida diminuição do trabalho infantil verificada desde 2000 coincidiu com um significativo *aumento* da frequência escolar. Contudo, a quebra

da relação entre o trabalho infantil e a desvantagem educacional permanece um desafio relevante, conforme sublinhado por um relatório recente do Enviado Especial das Nações Unidas para a Educação, Gordon Brown.¹⁶

A segunda área é a *proteção social*. Apesar da extensão do acesso à proteção social permanecer também um desafio premente em nível mundial, existe uma evidência clara em diversos países dos investimentos em proteção social estarem associados a níveis inferiores de trabalho infantil.¹⁷ E isso, novamente, não é apenas uma coincidência: a proteção social pode ser essencial para mitigar as vulnerabilidades sociais e econômicas que podem impelir as famílias a socorrer-se do trabalho infantil.

Legislação

Uma boa legislação nacional sobre trabalho infantil – em consonância com as normas internacionais sobre o trabalho – constitui uma base fundamental para todas as ações subsequentes e, de um modo

¹⁶ Brown, Gordon. *Child Labor & Educational Disadvantage – Breaking the Link, Building Opportunity*. Uma revisão por Gordon Brown, Enviado Especial das Nações Unidas para a Educação Global (Londres, 2012).

¹⁷ OIT-IPEC. *World report on child labour: Economic vulnerability, social protection and the fight against child labour*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT, 2013).



particular, para a definição do que se entende por trabalho infantil a ser eliminado,¹⁸ e para servir de base aos esforços de recolha de informações estatísticas sobre o trabalho infantil. Acima de tudo, deve ser legislação que defina os direitos e as responsabilidades específicos (não apenas dos indivíduos, mas também do Estado e dos diversos organismos e autoridades), e que permita a concessão de soluções jurídicas às vítimas e sanções para os infratores. Muitos países tomaram recentemente medidas para a definição ou revisão das respectivas listas de trabalho perigoso, incluindo a proibição desses tipos de trabalho àqueles menores de 18 anos de idade, nos termos de diplomas legais de cumprimento universal.¹⁹

O papel especial da OIT

O papel especial da OIT na eliminação do trabalho infantil constitui um fato claro. A sua grande vantagem é o envolvimento dos seus parceiros sociais (organizações de empregadores e de trabalhadores)

juntamente com os governos em todas as suas ações, como participantes e não apenas como observadores. Tal é fundamental para a promoção da agenda de eliminação do trabalho infantil como parte essencial da agenda de desenvolvimento dos países, assim como a mobilização das empresas e das pessoas na sua implementação.

Por outro lado, a OIT desempenha uma função essencial de impulsão e desenvolvimento de um quadro adequado para os esforços mundiais contra o trabalho infantil, tanto através da definição de normas, como na prestação de assistência técnica. A definição de normas não se limita à adoção²⁰ de Convenções e Recomendações, mas inclui ainda o monitoramento internacional contínuo através da elaboração de relatórios, conforme demonstrado na Gráfico 1 – em que são indicadas as diversas ações específicas realizadas pelos Estados ratificantes, em termos dos compromissos específicos no âmbito das Convenções.

¹⁸ OIT-IPEC e UCW. *Joining forces against child labour. Inter-agency report for The Hague Global Child Labour Conference of 2010.* Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC) e Understanding Children's Work (UCW) (Genebra, OIT, 2010).

¹⁹ Consultar diversos relatórios e ferramentas sobre trabalho infantil perigoso do site web do IPEC em: <http://www.ilo.org/ipec/facts/WorstFormsofChildLabour/Hazardouschildlabour/lang--en/index.htm>.

²⁰ No entanto, a adoção de novas normas aumenta de modo significativo a atenção internacional e a adoção de medidas em tópicos específicos. Um exemplo recente é o trabalho infantil em trabalhos domésticos, através da adoção pela OIT de uma nova Convenção N.º 189 e Recomendação N.º 201 em 2011. Para mais informações, consultar OIT-IPEC. *Eliminar o trabalho infantil no trabalho doméstico e proteger os jovens trabalhadores das condições de trabalho abusivas.* Relatório para o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil 2013. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT, 2013).

A OIT fornece ainda assistência e apoio de consultoria técnica para a definição de planos de ação em nível mundial – desde a ação de 2006 de acompanhamento do segundo *Relatório Global sobre o trabalho infantil*,²¹ até à ação de 2010, que incluiu o *Roteiro de Haia*. O progresso significativo realizado nos últimos 12 anos e, de um modo particular, nos últimos 4 anos, demonstra que a direção mundial se encontra na trajetória correta. A estratégia geral definida pelo Roteiro de Haia parece sustentar-se em bases sólidas e produzir resultados positivos em termos de orientação política.



© OIT/M. Crozet

Avanços futuros

A questão essencial a ter em conta no futuro é saber se estamos avançando suficientemente depressa e a tomar as ações apropriadas onde são mais necessárias e eficazes. Manifestamente, não será possível atingir, em 2016, o objetivo de se eliminar as piores formas de trabalho infantil. Este ponto é ilustrado na Gráfico 2, em que é indicada a diminuição do trabalho infantil e dos trabalhos perigosos que irá ocorrer durante o período 2012-2020, se for mantido o ritmo de progresso verificado durante o período 2008-2012. Tal mostra claramente que, com o ritmo atual, ficar-se-á substancialmente aquém do objective traçado para 2016. Na verdade, mesmo para atingir este objetivo 4 anos mais tarde, em 2020, seria necessário um aumento na taxa anual de redução, dos 6,5 por cento atuais para *24 por cento*. Vale alertar já, em Relatórios Globais anteriores, contra o perigo do imobilismo e os resultados atuais apenas reforçam a credibilidade de tais avisos. Claramente, uma atitude de “deixar tudo como está” não é suficiente. Apesar dos avanços significativos realizados, a erradicação do flagelo do trabalho infantil num futuro próximo irá exigir uma aceleração substancial dos esforços a todos os níveis.

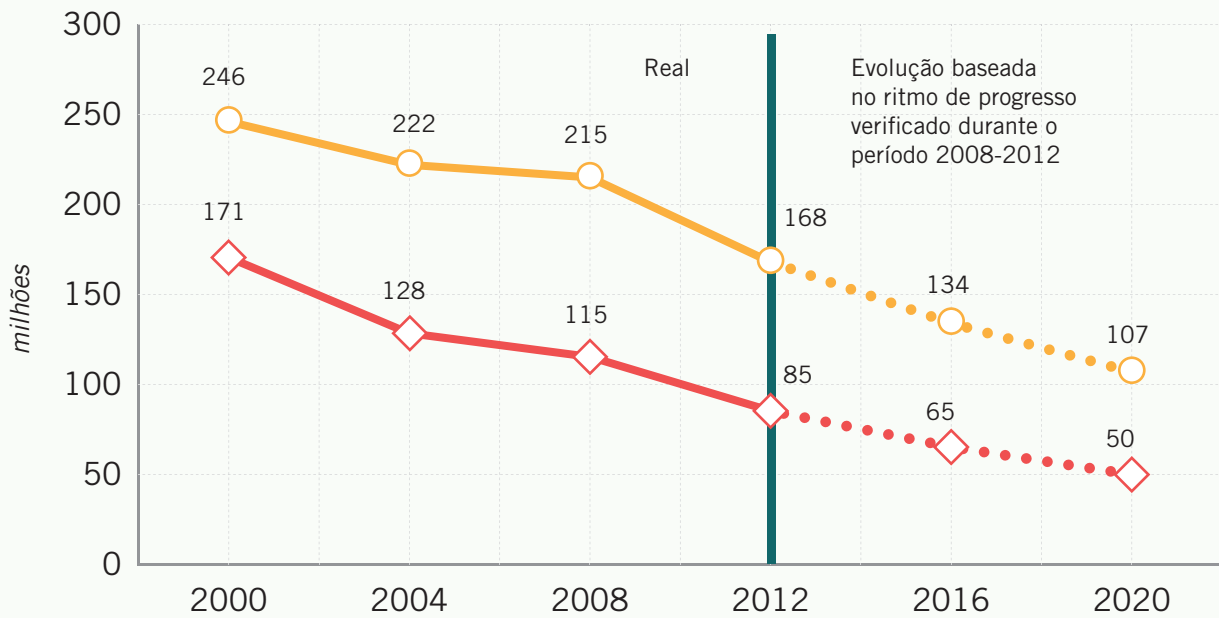
As vantagens da eliminação do trabalho infantil são evidentes e não necessitam de mais argumentos. As crianças que crescem livres de trabalho infantil dispõem da oportunidade de realizar plenamente os seus direitos a educação, lazer e desenvolvimento, o que as ajudará a fazer uma transição bem-sucedida para um trabalho digno ou decente após a conclusão da sua escolaridade e para se tornarem membros úteis à sociedade durante a sua vida adulta. Os custos da inação são também claros. O trabalho infantil pode seriamente comprometer a saúde e a segurança imediatas das crianças, assim como o seu estado de saúde futuro. Este é o caso particular das crianças envolvidas nas piores formas de trabalho infantil. O trabalho infantil compromete também a capacidade da criança para frequentar e permanecer na escola, e assim beneficiar do tempo despendido na sala de aula. Como foi já sublinhado em anteriores Relatórios Globais, fechar os olhos ao trabalho infantil pode minar os tecidos sociais e empobrecer e até destruir o capital humano necessário para tornar possível o crescimento econômico e a redução da pobreza.

²¹ Este relatório constituiu a origem para a eliminação das piores formas de trabalho infantil em 10 anos, i.e., até 2016, encorajado pela rápida diminuição de trabalhos perigosos revelada pela primeira análise de tendências.



Gráfico 2. Número de crianças em trabalho infantil e trabalho perigoso, nível atual para 2000-2012 e níveis para 2016-2020, considerando o ritmo de progresso realizado durante 2008-2012

O ritmo actual de progresso é demasiado lento para atingir o objectivo de eliminar as piores formas de trabalho infantil em 2016.



Trabalho infantil

Trabalho perigoso

O quadro actual: estimativas mundiais do trabalho infantil para 2012



2

Visão geral

O trabalho infantil permanece demasiado comum no mundo, apesar de ter sofrido uma diminuição significativa desde 2000. As crianças trabalhadoras no grupo etário 5-17 anos perfazem 168 milhões, representando cerca de 11 por cento de todas as crianças da mesma faixa etária. As crianças que executam trabalhos perigosos que colocam diretamente em risco a sua saúde, a sua segurança

e o seu desenvolvimento moral perfazem mais de metade das crianças trabalhadoras, com um total de 85 milhões de crianças em termos absolutos. As crianças em atividade econômica, que compreendem as crianças trabalhadoras e as crianças em atividades econômicas não classificadas como trabalho infantil, perfazem 264 milhões, ou 17 por cento do total das crianças no grupo etário de 5-17 anos.

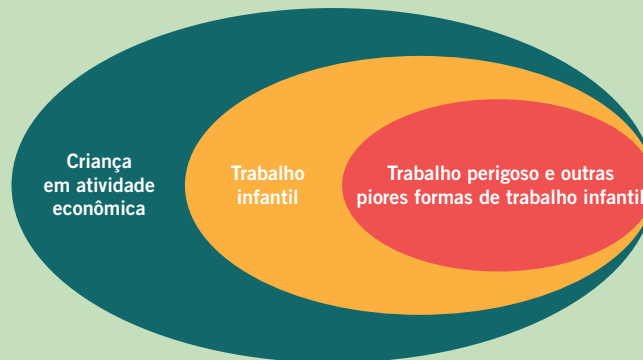
Quadro 8. Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por sexo, grupo etário e região, 2012

Sexo, grupo etário e região		Total de crianças	Crianças em atividade econômica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
		('000)	('000)	%	('000)	%	('000)	%
Mundo (5-17 anos)		1 585 566	264 427	16,7	167 956	10,6	85 344	5,4
Sexo	Meninos	819 877	148 327	18,1	99 766	12,2	55 048	6,7
	Meninas	765 690	116 100	15,2	68 190	8,9	30 296	4,0
Grupo etário	5-11 anos	858 925	73 072	8,5	73 072	8,5	18 499	2,2
	12-14 anos	362 146	70 994	19,6	47 381	13,1	19 342	5,3
	5-14 anos	1 221 071	144 066	11,8	120 453	9,9	37 841	3,1
	15-17 anos	364 495	120 362	33,0	47 503	13,0	47 503	13,0
Região	Ásia-Pacífico	835 334	129 358	15,5	77 723	9,3	33 860	4,1
	América Latina e Caraíbas	142 693	17 843	12,5	12 505	8,8	9 638	6,8
	África Subsariana	275 397	83 570	30,3	59 031	21,4	28 767	10,4
	MENA	110 411	13 307	12,1	9 244	8,4	5 224	4,7

Conceitos estatísticos e definições utilizados no presente Relatório

Três importantes Convenções internacionais – a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC) e as Convenções N.º 182 (Piores Formas de Trabalho Infantil) e N.º 138 (Idade Mínima) da OIT – definem em conjunto os limites legais do trabalho infantil e definem as bases jurídicas para as ações nacionais e internacionais de luta contra o trabalho infantil. A Resolução sobre as estatísticas relativas ao trabalho infantil (Res. II) adotada pela 18.ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (ICLS) em 2008^(a) traduziu estes quadros legais para termos estatísticos, para mensuração do trabalho infantil. Os conceitos estatísticos e definições utilizados no presente Relatório estão em conformidade com esta resolução da ICLS.

O “trabalho perigoso” constitui uma subcategoria do trabalho infantil, o qual é, por sua vez, uma subcategoria da utilização de crianças em atividade econômica.



Referimo-nos a *crianças em atividade econômica* quando as crianças se encontrem ocupadas em atividade econômica de qualquer natureza, pelo menos durante uma hora no período de referência. O termo atividade econômica inclui toda a produção comercial, bem como determinados tipos de produção não comercial (principalmente a produção de bens e serviços para uso próprio). Inclui todas as formas de trabalho em economias formais e informais, dentro ou fora do contexto familiar, o trabalho remunerado ou com fins lucrativos (em dinheiro ou em espécie, a tempo parcial ou inteiro) ou o trabalho doméstico realizado fora do próprio lar da criança, para uma entidade empregadora (com ou sem remuneração). Neste texto, os termos “crianças trabalhadoras” e “crianças em atividade econômica” são utilizados com o mesmo significado. Ambos os termos denotam um conceito mais abrangente de trabalho infantil.

As *crianças utilizadas em trabalho infantil* constituem um subconjunto das *crianças em atividade econômica*. Estes conceitos incluem as crianças utilizadas nas piores formas de trabalho infantil e as “crianças em atividade econômica” abaixo da idade mínima, mas não incluem as crianças em trabalhos ligeiros autorizados, se aplicável. O trabalho infantil é, assim, um conceito menos abrangente do que o conceito de “crianças em atividade econômica”; o trabalho infantil exclui as crianças que trabalhem apenas algumas horas por semana e as crianças com idade superior à idade mínima, cujo trabalho não seja classificado como uma pior forma de trabalho infantil, incluindo, de modo particular o “trabalho perigoso”.

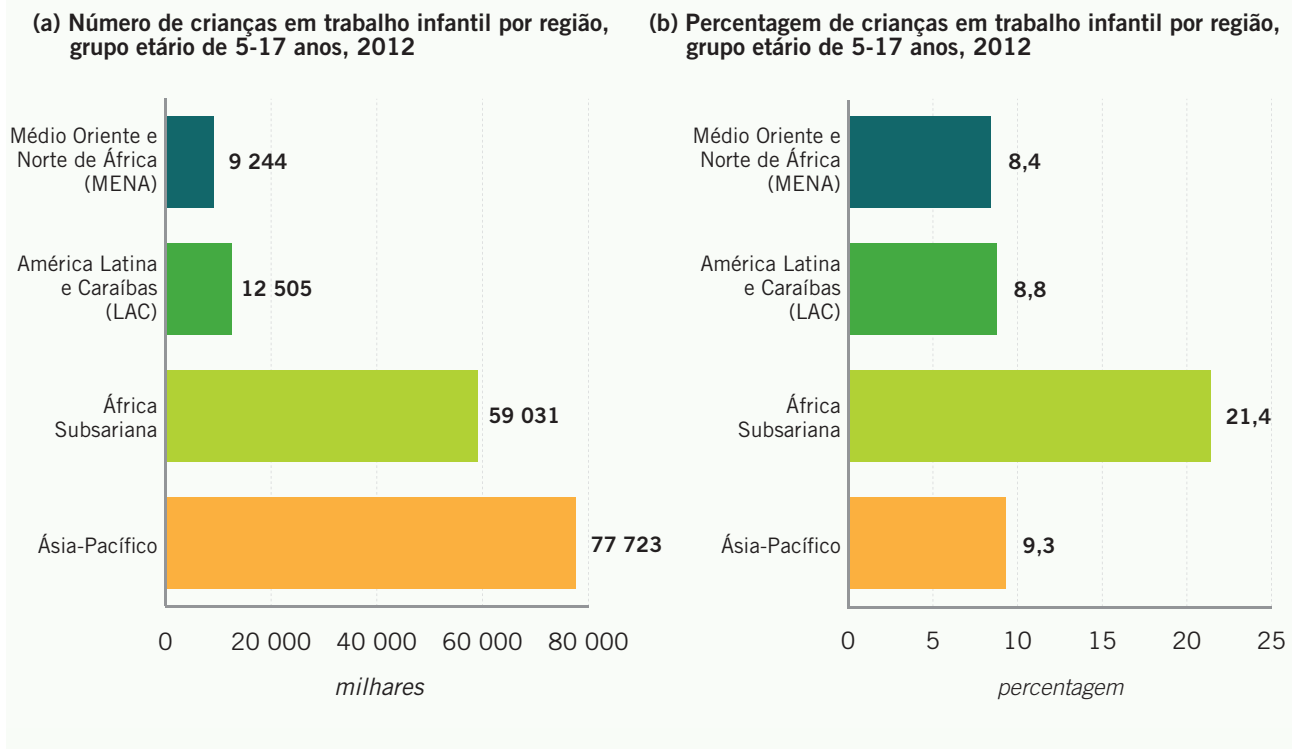
O *trabalho perigoso realizado por crianças* é definido como qualquer atividade ou ocupação que, pela sua natureza ou tipo, tenha ou conduza a efeitos nocivos na segurança, saúde, desenvolvimento ou moral da criança. . Em termos gerais, o “trabalho perigoso” pode incluir o trabalho noturno e com horários prolongados, a exposição a maus-tratos ou abusos físicos, psicológicos ou sexuais, o trabalho subterrâneo, subaquático, em alturas perigosas ou em espaços confinados, o trabalho com maquinaria, equipamento ou ferramentas perigosas, ou que envolva o manuseio ou transporte de cargas pesadas e o trabalho em ambientes insalubres que possa, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a temperaturas, níveis de ruído ou vibrações nocivas para a sua saúde. O “trabalho perigoso” executado por crianças é normalmente considerado como equivalente às piores formas de trabalho infantil. Por duas razões. Em primeiro lugar, pela dificuldade de obtenção de dados nacionais confiáveis sobre as piores formas de trabalho, com exceção do trabalho perigoso, como a exploração sexual comercial e o envolvimento das crianças em conflitos armados. Em segundo lugar, a utilização de crianças em trabalhos perigosos representa a esmagadora maioria das piores formas de trabalho.

Os conceitos e definições utilizados no presente Relatório são discutidos mais pormenorizadamente no Anexo do presente Relatório.

Notas: (a) Ver “Resolution II, Resolution concerning statistics of child labour” em OIT. *Report of the Conference*. 18a Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, Documento ICLS/18/2008/IV/FINAL, 24 de Novembro-5 de Dezembro de 2008 (Genebra, 2008).



Gráfico 3. Trabalho infantil por região, grupo etário 5-17 anos, 2012



Por trás destes números gerais, existem diferenças substanciais em termos de região, idade e sexo, como indicado no Quadro 1. Os valores específicos são tratados com maior pormenorização nas seções seguintes do presente Capítulo. Neste Capítulo, são analisadas separadamente as crianças ocupadas em trabalho infantil e as crianças ocupadas em trabalho perigoso.²²

Envolvimento em trabalho infantil

O trabalho infantil é uma subdivisão do trabalho realizado por crianças que apresenta um carácter prejudicial, negativo ou indesejável para as crianças e que deve ser objecto de eliminação. Três principais convenções internacionais – a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC), a Convenção N.º 182 da OIT (Piores Formas de Trabalho Infantil) e a Convenção N.º 138 da OIT (Idade Mínima para Acesso ao Emprego) – definem, em conjunto, as fronteiras jurídicas do trabalho infantil e asseguram as bases jurídicas para as ações nacionais e internacionais para o seu combate. Existem

168 milhões de crianças em trabalho infantil no grupo etário de 5-17 anos, incluindo 120 milhões em trabalho infantil, no grupo etário de 5-14 anos. Em termos relativos, 11 por cento das crianças de 5-17 anos e 10 por cento de crianças de 5-14, encontram-se na situação de trabalho infantil.

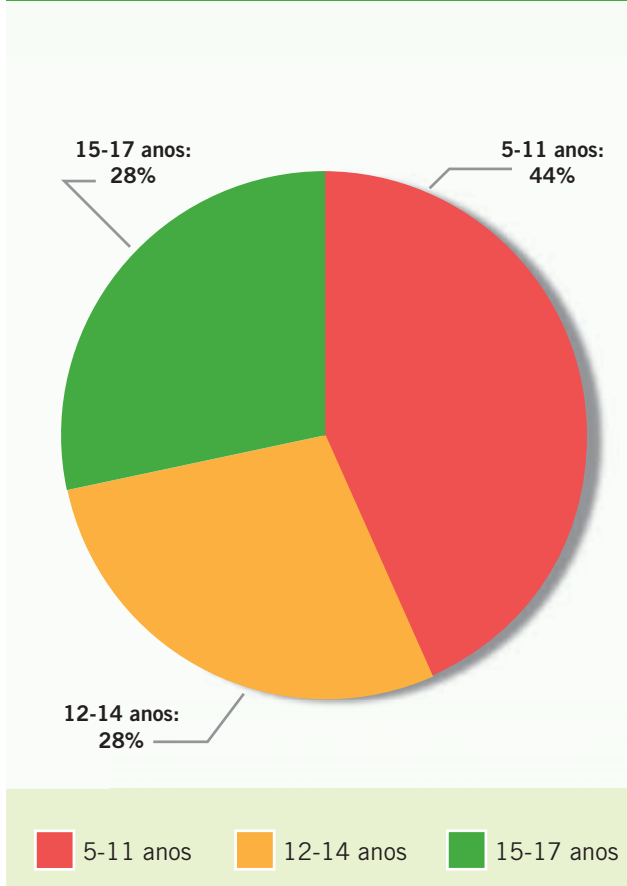
Trabalho infantil por região

São consideráveis as diferenças regionais no envolvimento em trabalho infantil: a maior parte de crianças trabalhadoras em *termos absolutos* encontra-se na região da Ásia-Pacífico, sendo a África Subsariana a região com a *taxa* mais elevada de trabalho infantil. Para o grupo etário global de 5-17 anos, o número de crianças trabalhadoras atinge 77,7 milhões na região da Ásia-Pacífico, 59,0 milhões na África Subsariana, 12,5 milhões na América Latina e Caraíbas e 9,2 milhões no Médio Oriente e Norte de África.

Em termos relativos, contudo, a maior preocupação continua a ser a região da África Subsariana. Aqui, mais de 1 em cada 5 crianças (21 por cento) no grupo etário dos 5 aos 17 anos encontram-se em situação de trabalho infantil. Neste grupo, existem 9 por cento de crianças na região da Ásia-Pacífico e América Latina e Caraíbas (LAC) e 8 por cento no Médio Oriente e Norte de África (MENA).

²² Os conceitos e definições são discutidos em pormenor no Anexo do presente Relatório.

Gráfico 4. Distribuição de crianças em trabalho infantil, por grupo etário, 2012



Trabalho infantil por grupo etário

As crianças do grupo etário de 5-11 anos representam, de longe, a maior parte das crianças trabalhadoras, com 73 milhões em termos absolutos e 44 por cento da população em trabalho infantil. Estas jovens crianças trabalhadoras constituem uma preocupação política particular, por serem as mais vulneráveis a abusos no local de trabalho e ao risco da sua educação. As partes dos grupos etários de 12-14 e de 15-17 anos na população total de crianças são aproximadamente iguais, representando 28 por cento ou 47 milhões em termos absolutos.

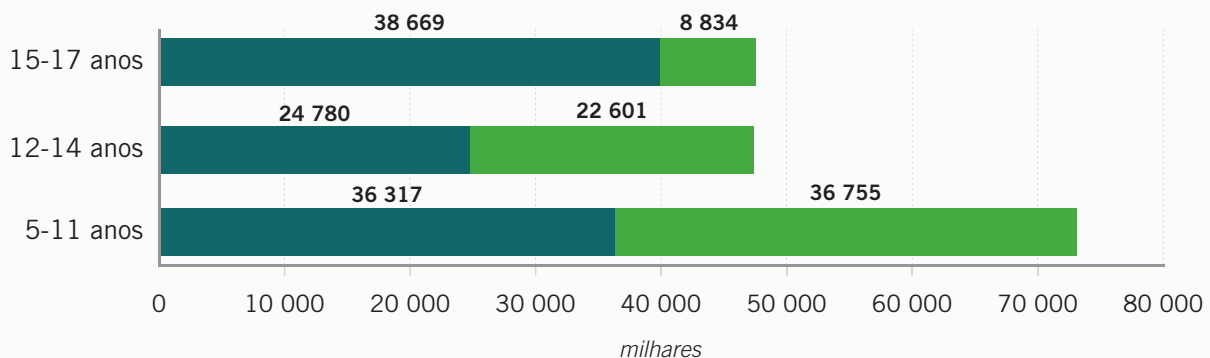
Trabalho infantil por sexo

Apesar do envolvimento em trabalho infantil ser muito mais elevado entre os meninos do que nas meninas no grupo etário de 5-17 anos em termos globais (99,8 milhões de meninos e 68,2 milhões de meninas), esta diferença geral em termos de sexo reflecte inteiramente as diferenças de sexo no trabalho infantil entre as crianças mais velhas. Não existe quase nenhuma diferença entre os sexos no envolvimento do grupo etário de 5-11 anos no trabalho infantil – os meninos e as meninas, cada um por si, perfazem aproximadamente metade da população de trabalho infantil neste grupo etário. Uma diferença entre sexos é mais aparente no grupo etário de 12-14 anos, em que os meninos representam 52 por cento do total de crianças trabalhadoras, um número superior em 2,2 milhões ao das meninas. A diferença entre sexos aumenta significativamente no grupo etário de 15-17 anos,

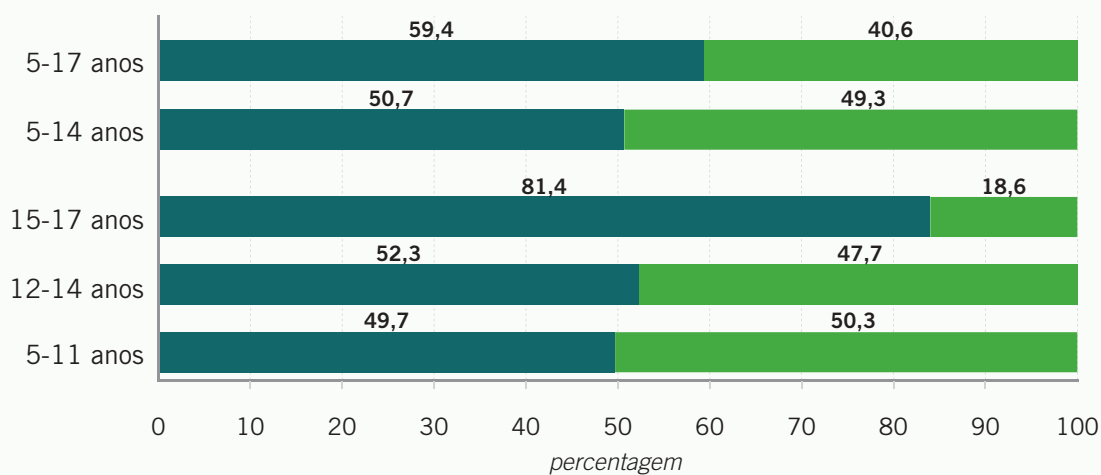


Gráfico 5. Envolvimento de crianças em trabalho infantil por sexo e grupo etário, 2012

(a) Número de crianças em trabalho infantil por sexo e grupo etário, 2012



(b) Distribuição de crianças em trabalho infantil por sexo e grupo etário, 2012



Meninos Meninas

em que os meninos representam 81 por cento do total de crianças trabalhadoras, um número superior em 29,8 milhões ao das meninas.

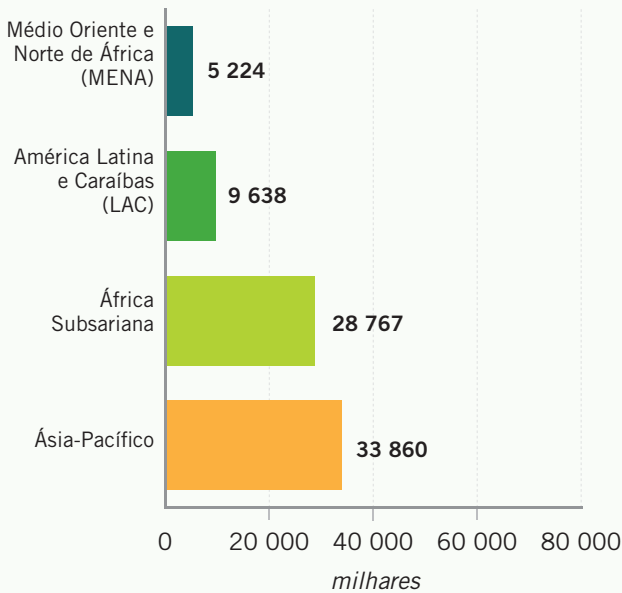
Estes números, não incluem, contudo, o envolvimento das crianças em tarefas domésticas, uma forma de trabalho executada predominantemente por meninas em muitas sociedades. Apesar de, segundo as normas estatísticas internacionais mais recentes,²³ a definição de trabalho infantil para efeitos de mensuração poder ser ampliada para incluir as “tarefas domésticas perigosas”, esta dimensão do trabalho infantil não está incluída nas estimativas mundiais. Tal é devido a falta de dados e à falta de consenso sobre

o que constituem as tarefas domésticas perigosas para efeitos de mensuração do trabalho infantil. As meninas podem também estar muito mais presentes em formas menos visíveis e, por isso, menos registradas nas estatísticas do trabalho infantil, como no caso do trabalho doméstico em residências particulares.

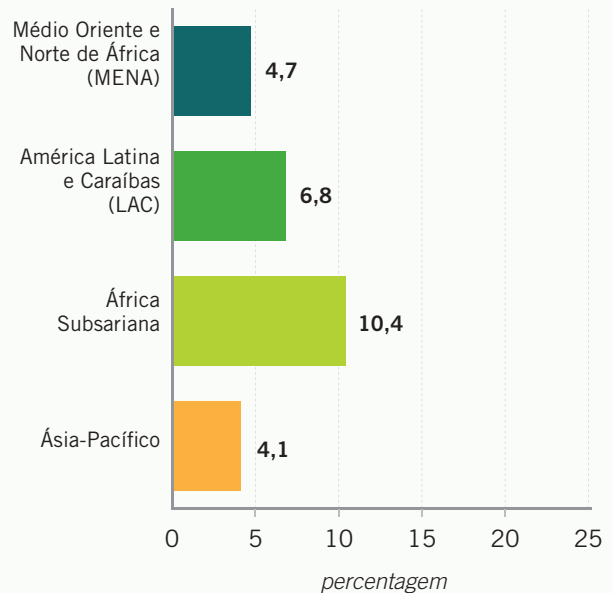
²³ Ver “Resolution II, Resolution concerning statistics of child labour” em OIT. *Report of the Conference*. 18a Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, Documento ICLS/18/2008/IV/FINAL, 24 de Novembro-5 de Dezembro de 2008 (Genebra, 2008).

Gráfico 6. Envolvimento de crianças em trabalho perigoso por região, grupo etário 5-17 anos, 2012

(a) Número de crianças em trabalho perigoso por região, grupo etário de 5-17 anos, 2012



(b) Percentagem de crianças em trabalho perigoso por região, grupo etário de 5-17 anos, 2012



Envolvimento em trabalho perigoso

O trabalho perigoso realizado por crianças, o que constitui um aspecto das piores formas de trabalho infantil (ver abaixo), é qualquer atividade ou ocupação que, pela sua natureza ou tipo, tenha ou conduza a efeitos adversos na segurança, saúde e desenvolvimento moral da criança.²⁴ Mais especificamente, o trabalho perigoso é qualquer trabalho realizado em condições perigosas ou insalubres que possa conduzir à morte, a lesões ou doenças da/na criança como consequência de normas deficientes de segurança e de saúde e das condições de trabalho.²⁵ A eliminação do trabalho perigoso constitui, assim, um desafio particularmente urgente para a comunidade internacional. Existe um total de 85 milhões de crianças envolvidas em trabalho perigoso no grupo etário de 5-17 anos e 38 milhões envolvidas

em trabalho perigoso no grupo etário central de 5-14 anos. O trabalho perigoso representa cerca de metade (51 por cento) do trabalho infantil no grupo etário de 5-17 anos e cerca de um terço (31 por cento) do trabalho infantil no grupo etário de 5-14 anos.

Trabalho perigoso por região

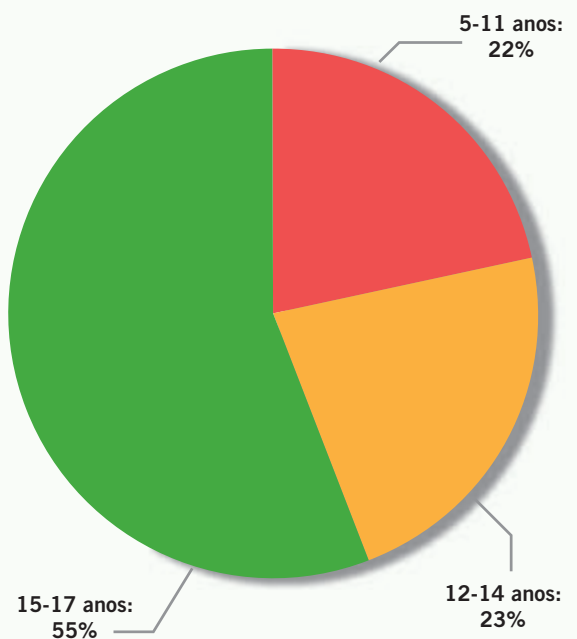
Os números mais elevados de crianças envolvidas em *trabalho perigoso* registram-se, novamente, na região da Ásia-Pacífico (33,9 milhões) e na África Subsariana (28,8 milhões). Existem 9,6 milhões de crianças envolvidas em trabalho perigoso na região da América Latina e Caraíbas e 5,2 milhões no Médio Oriente e Norte de África. A percentagem mais elevada de crianças envolvidas em trabalho perigoso situa-se na África Subsariana (10 por cento), seguida pela América Latina e Caraíbas (7 por cento), Médio Oriente e Norte de África (5 por cento) e região da Ásia-Pacífico (4 por cento).

²⁴ O trabalho perigoso é registrado, de um modo geral, separadamente das piores formas de trabalho infantil devido à muito mais elevada disponibilidade de dados relativos a este aspecto das piores formas de trabalho infantil, quando comparado com outros aspectos do problema.

²⁵ Consultar as páginas sobre trabalho infantil perigoso do site web do IPEC em: <http://www.ilo.org/ipec/facts/WorstFormsofChildLabour/Hazardouschildlabour/lang--en/index.htm>.



Gráfico 7. Distribuição de crianças em trabalho perigoso por grupo etário, 2012



■ 5-11 anos ■ 12-14 anos ■ 15-17 anos

Trabalho perigoso por grupo etário

As crianças de 15-17 anos representam a maior parte da população global de 85 milhões de crianças envolvidas em trabalho perigoso, apesar de os números de crianças mais jovens executando trabalho perigoso ser também considerável. As crianças de 15-17 anos representam 55 por cento (47,5 milhões) de todas as crianças envolvidas em trabalho perigoso, apesar das crianças no grupo etário de 12-14 anos representarem 23 por cento (19,3 milhões) e as do grupo de 5-11 anos representarem 22 por cento (18,5 milhões).

Trabalho perigoso por sexo

Para o grupo etário de 5-17 anos considerado na totalidade, os meninos representam cerca de dois terços da totalidade das crianças envolvidas em trabalho perigoso. Esta distribuição é, mais uma vez, derivada inteiramente das crianças mais velhas, no grupo etário de 15-17 anos, em que os meninos representam 81 por cento de todas as crianças envolvidas em trabalho perigoso (e em trabalho infantil).²⁶ Entre as crianças mais jovens, a distribuição por sexo é, de facto, *oposta*: o número de meninas envolvidas em trabalho perigoso é superior ao dos meninos, e por uma margem considerável. Para o grupo etário de 5-11 anos, as meninas representam 58 por cento de todas as crianças envolvidas em trabalho perigoso, ultrapassando os meninos em 2,8 milhões. Para o grupo etário de 12-14 anos, as meninas representam 56 por cento de todas as crianças envolvidas em trabalho perigoso, ultrapassando os meninos em 2,3 milhões. Deve ainda ser novamente salientado que as tarefas domésticas perigosas, que são normalmente executadas por meninas, não são refletidas nestes números.

Trabalho forçado de crianças

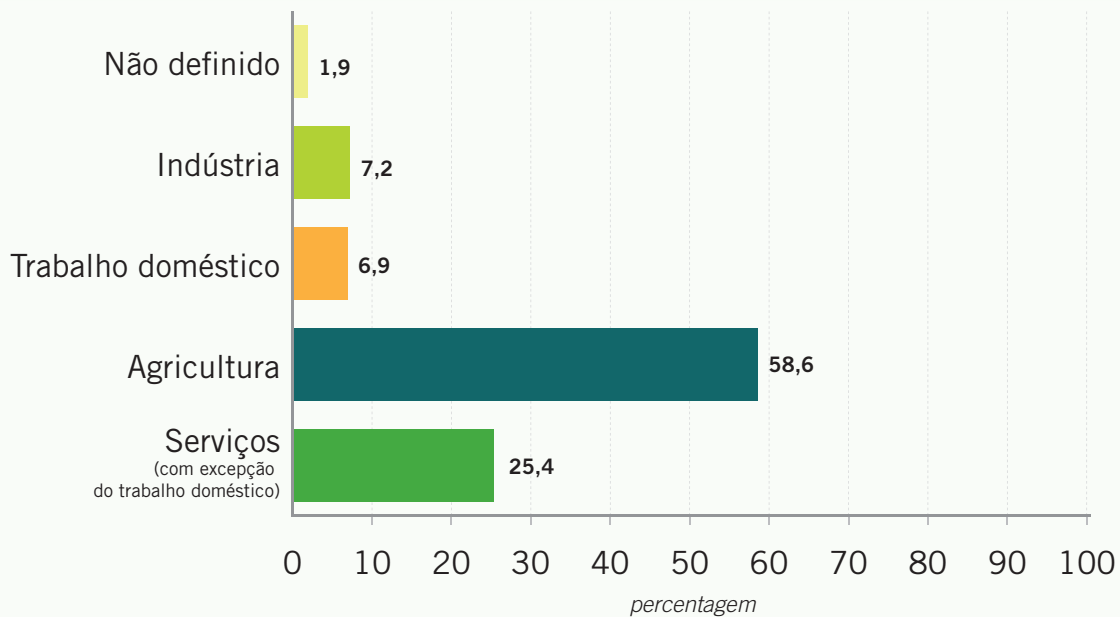
As estimativas mundiais das crianças envolvidas nas piores formas de trabalho, *com exceção do trabalho perigoso* não são medidas diretamente, devido ao carácter frequentemente oculto e ilícito destas formas extremas de trabalho infantil e da consequente falta de dados confiáveis sobre esta realidade em muitos países.²⁷ No entanto, de acordo com a estimativa da OIT de 2012 sobre trabalho forçado,²⁸

²⁶ Ter em conta que, para este grupo etário, o trabalho infantil é restrito a crianças envolvidas em trabalhos perigosos.

²⁷ As piores formas de trabalho, com exceção do trabalho perigoso, são referidas no Art.º 3(a)-(c) da Convenção N.º 182 da OIT: (a) todas as formas de escravatura ou práticas análogas a escravatura, como a venda e tráfico de crianças, cárcere por dívidas e servidão e trabalho forçado ou obrigatório, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para utilização em conflitos armados; (b) a utilização, recrutamento ou oferta de crianças para prostituição, para a produção de pornografia ou para espectáculos pornográficos; e (c) a utilização, recrutamento ou oferta de crianças para atividades ilícitas, de modo particular para a produção ou tráfico de drogas, nos termos dos tratados internacionais relevantes. As piores formas de trabalho infantil, com exceção do trabalho perigoso, são incluídas na estimativa mundial, por fazerem parte da medição do emprego abaixo da idade mínima e da realização de trabalhos perigosos por crianças.

²⁸ O conceito de “trabalho forçado ou obrigatório” inclui todos os trabalhos ou serviços exigidos de uma pessoa sob

Gráfico 8. Distribuição setorial de crianças em trabalho infantil, grupo etário 5-17 anos, 2012



existiam cerca de 5,5 milhões de crianças²⁹ com idade igual ou inferior a 17 anos, o que representa 26 por cento do total mundial de 20,9 milhões de vítimas de trabalho forçado; implicação nas diversas formas de trabalho forçado: para exploração sexual (960 000 crianças), trabalho forçado para exploração de mão-de-obra (3 780 000) e trabalho forçado imposto pelo Estado (709 000). Apesar de não ser possível calcular

ameaça de sanção e para os quais a pessoa não se ofereceu voluntariamente. Esta situação pode ocorrer quando o trabalho seja forçado por autoridades nacionais, por empresas privadas ou por indivíduos. Para mais informações sobre os métodos e os dados de base, consultar OIT. *OIT Global Estimate of Forced Labour - Results and Methodology*. OIT Programa Especial de Acção de Combate ao Trabalho Forçado (SAP-FL). (Genebra, 2012).

²⁹ Esta imagem indica o mesmo nível estimado pela OIT em 2002 para as crianças em trabalho forçado ou em regime de servidão (5,7 milhões) na primeira rodada de estimativas mundiais de trabalho infantil, apesar de, em termos técnicos, não serem absolutamente comparáveis. Ver OIT-IPEC (2002). *Every Child Counts*, op. cit., p. 25.

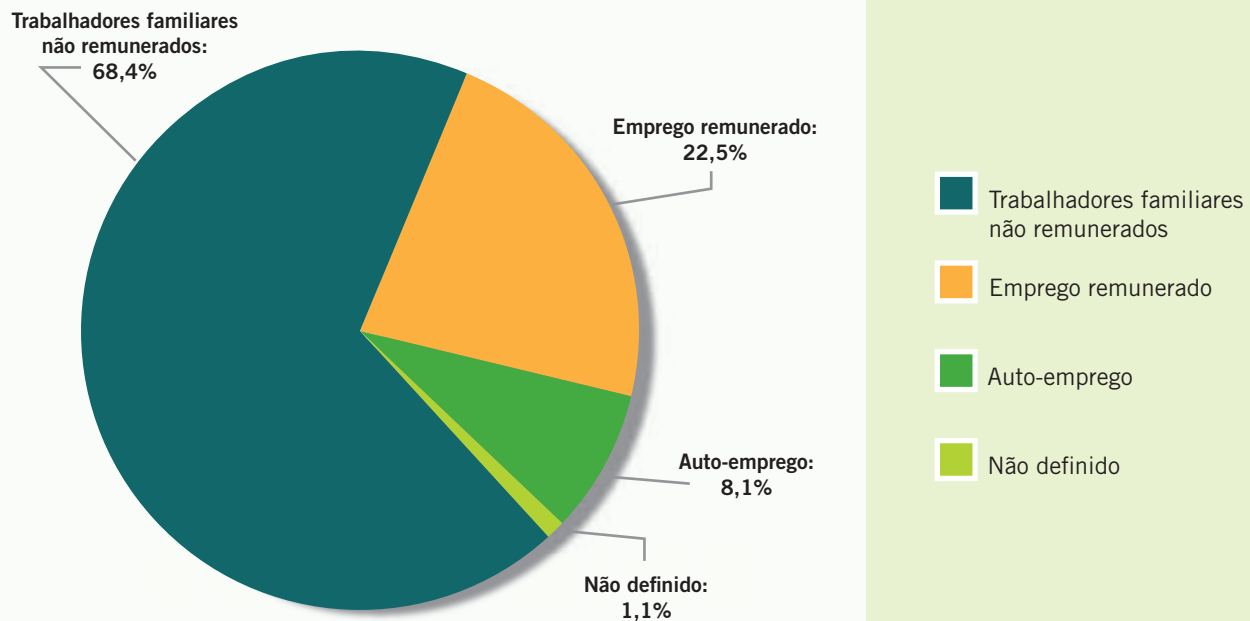
com exactidão a extensão da sobreposição de valores, pode ser considerado que muitas crianças vítimas de trabalho forçado são também contabilizadas como envolvidas em trabalho perigoso. A OIT continua empenhada em ações que buscam melhorar as estimativas do trabalho forçado de crianças e de adultos, incluindo a publicação de orientações para a realização de pesquisas.³⁰ Encontram-se ativos diversos esforços para a medição directa das piores formas de trabalho infantil com excepção do trabalho perigoso para utilização em futuras estimativas mundiais da OIT.³¹

³⁰ OIT. *Hard to see, harder to count – Survey guidelines to estimate forced labour of adults and children*. Programa Especial de Acção de Combate ao Trabalho Forçado (SAP-FL) e Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, 2012).

³¹ Ver, por exemplo, OIT. *Sampling elusive populations: Applications to studies of child labour* (próximas).



Gráfico 9. Envolvimento das crianças em trabalho infantil por regime de emprego, grupo etário de 5-17 anos, 2012



Características do trabalho infantil

As novas estimativas mundiais fornecem também novas informações sobre os setores onde se encontram as crianças trabalhadoras. A *agricultura* é, de longe, o setor mais importante, com 59 por cento da totalidade do trabalho infantil e mais de 98 milhões de crianças em termos absolutos. O Trabalho infantil na agricultura consiste, principalmente, em trabalho em pequenas explorações agrícolas familiares, apesar de se estender também a atividades de produção animal, pesca e aquicultura. A agricultura é um dos três setores mais perigosos em termos de mortes relacionadas com o trabalho, acidentes não mortais e doenças profissionais.³²

Os números de crianças em situação de trabalho infantil nos setores de *serviços e indústria* não devem também ser negligenciados. Um total de 54 milhões de crianças em situação de trabalho infantil são encontrados nos serviços e 12 milhões de crianças na indústria. Nos serviços está incluído o trabalho

doméstico, envolvendo um total de 11,5 milhões de crianças. O trabalho infantil no setor dos serviços inclui também, principalmente, o trabalho informal em hotéis e restaurantes, em venda ambulante e outras formas de comércio, em oficinas de reparação de automóvel e no setor dos transportes. O trabalho infantil na indústria refere-se principalmente ao trabalho na construção civil e na indústria manufatureira, normalmente em regime informal.

Em todos os setores, o número de meninos é superior ao das meninas, com exceção importante dos serviços domésticos, uma forma de trabalho ocultada da visão pública e fora da alçada das inspeções de trabalho, o que deixa estas crianças particularmente vulneráveis à exploração e aos maus-tratos.

Relativamente ao regime de emprego, as crianças trabalhadoras trabalham principalmente sem qualquer remuneração das próprias famílias. Os trabalhadores familiares não remunerados representam mais de dois terços das crianças trabalhadoras (68 por cento), seguidos pelos empregados com remuneração (23 por cento) e auto-emprego (8 por cento).

³² Consultar as páginas sobre trabalho infantil na agricultura do site web da OIT-IPEC em: <http://www.ilo.org/ipec/areas/Agriculture/lang--en/index.htm>.

O quadro regional dinâmico: tendências do trabalho infantil para o período 2000-2012



3

Visão geral

O período de 12 anos iniciado em 2000 registrou um progresso significativo na luta contra o trabalho infantil. Apesar de se ter registrado um leve aumento na população mundial de crianças, no

final deste período havia quase menos 78 milhões de crianças trabalhadoras na faixa etária de 5-17 anos, em comparação com o início do período. Em termos relativos, a porcentagem de crianças em

Gráfico 10. Tendências mundiais da incidência de trabalho infantil e trabalho perigoso, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012

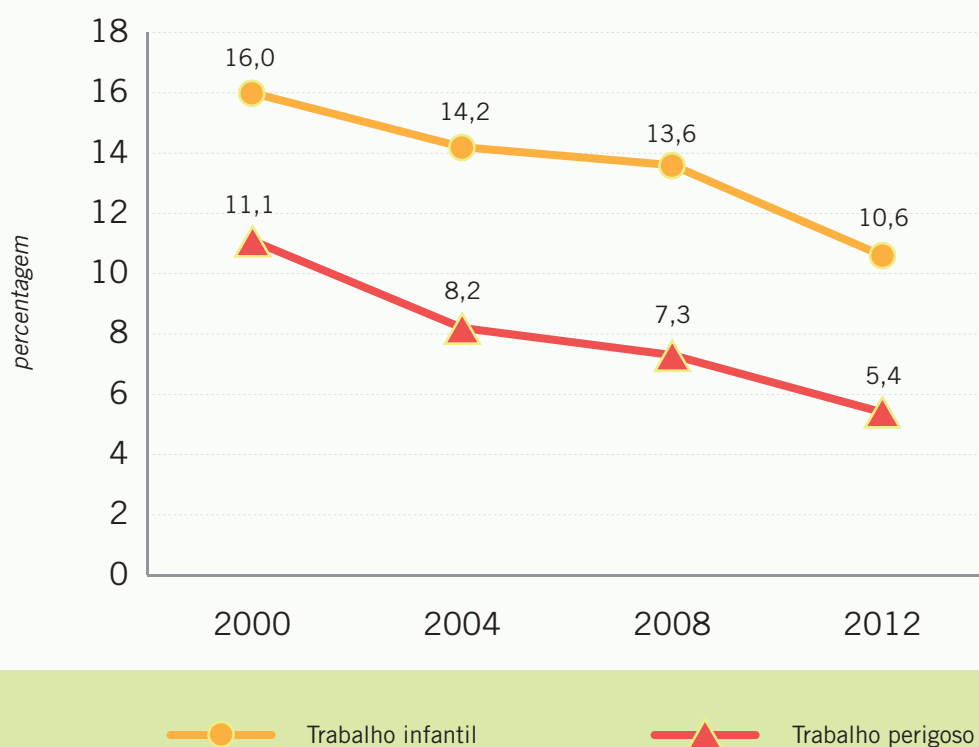
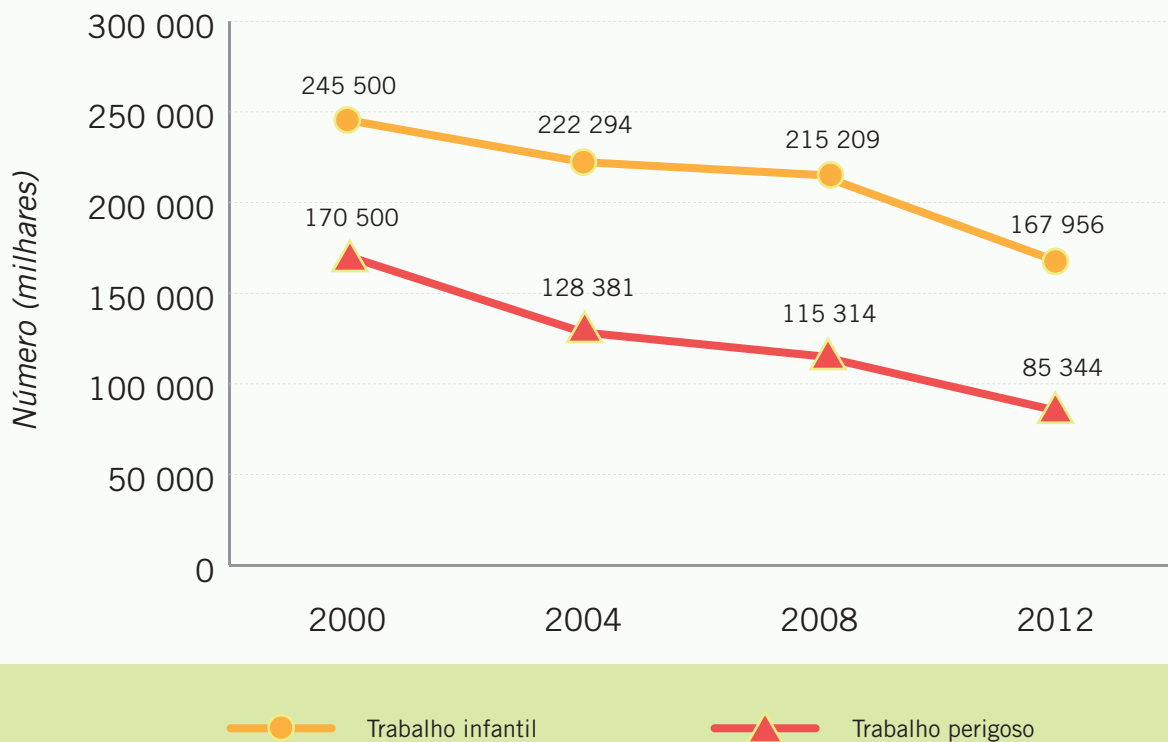


Gráfico 11. Tendências mundiais do número de crianças em trabalho infantil e trabalho perigoso, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012



trabalho infantil caiu de 16 por cento em 2000 para menos de 11 por cento em 2012. Os progressos registrados na luta contra o trabalho perigoso, responsável pelo perigo direto à saúde, segurança e desenvolvimento moral das crianças, foram ainda mais rápidos, com uma diminuição de 85 milhões em termos absolutos e de 11 para 5 por cento em termos relativos.

O progresso verificado em todas as categorias do trabalho infantil foi mais significativo no período mais recente, isso é, 2008-2012. Durante este período, o número global de crianças trabalhadoras de 5-17 anos diminuiu 47 milhões, de 215 para 168 milhões. O número global de crianças envolvidas em trabalho perigoso diminuiu 30 milhões, de 115 milhões, em 2008 para 85 milhões, em 2012.



Quadro 9. Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por sexo e grupo etário, 2000-2012

		Total de crianças	Crianças em atividade econômica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
		('000)	('000)	%	('000)	%	('000)	%
Mundo (5-17 anos)	2000	1 531 400	351 900	23,0	245 500	16,0	170 500	11,1
	2004	1 566 300	322 729	20,6	222 294	14,2	128 381	8,2
	2008	1 586 288	305 669	19,3	215 209	13,6	115 314	7,3
	2012	1 585 566	264 427	16,7	167 956	10,6	85 344	5,4
Sexo								
Meninos	2000	786 500	184 200	23,4	132 200	16,8	95 700	12,2
	2004	804 000	171 150	21,3	119 575	14,9	74 414	9,3
	2008	819 891	175 777	21,4	127 761	15,6	74 019	9,0
	2012	819 877	148 327	18,1	99 766	12,2	55 048	6,7
Meninas	2000	744 900	167 700	22,5	113 300	15,2	74 800	10,0
	2004	762 300	151 579	19,9	102 720	13,5	53 966	7,1
	2008	766 397	129 892	16,9	87 508	11,4	41 296	5,4
	2012	765 690	116 100	15,2	68 190	8,9	30 296	4,0
Grupo etário								
5-14 anos	2000	1 199 400	211 000	17,6	186 300	15,5	111 300	9,3
	2004	1 206 500	196 047	16,2	170 383	14,1	76 470	6,3
	2008	1 216 854	176 452	14,5	152 850	12,6	52 895	4,3
	2012	1 221 071	144 066	11,8	120 453	9,9	37 841	3,1
15-17 anos	2000	332 000	140 900	42,4	59 200	17,8	59 200	17,8
	2004	359 800	126 682	35,2	51 911	14,4	51 911	14,4
	2008	369 433	129 217	35,0	62 419	16,9	62 419	16,9
	2012	364 495	120 362	33,0	47 503	13,0	47 503	13,0

Quadro 10. Envolvimento de crianças em atividade econômica, trabalho infantil e trabalho perigoso por região, grupo etário 5-17 anos, 2008 e 2012^(a)

Região		População de crianças	Crianças em atividade econômica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
		('000)	('000)	%	('000)	%	('000)	%
Ásia-Pacífico	2008	853 895	174 460	20,4	113 607	13,3	48 164	5,6
	2012	835 334	129 358	15,5	77 723	9,3	33 860	4,1
América Latina e Caraíbas	2008	141 043	18 851	13,4	14 125	10,0	9 436	6,7
	2012	142 693	17 843	12,5	12 505	8,8	9 638	6,8
África Subariana	2008	257 108	84 229	32,8	65 064	25,3	38 736	15,1
	2012	275 397	83 570	30,3	59 031	21,4	28 767	10,4

Nota: (a) Os resultados relativos a tendências no trabalho infantil referem-se apenas aos anos 2008 e 2012 devido a limitações de dados nas estimativas mundiais anteriores a 2008.

Tendências do trabalho infantil

O número de crianças no grupo etário de 5-17 anos envolvidas em trabalho infantil diminuiu cerca de 78 milhões em todo o mundo, no período de 2000 a 2012. Durante o mesmo período, a proporção de crianças envolvidas em trabalho infantil diminuiu de 16 por cento para menos de 11 por cento. Novamente, o progresso registrado durante os 4 anos mais recentes do período foi especialmente significativo. De 2008 a 2012, o trabalho infantil diminuiu 47 milhões em termos absolutos e 3 pontos percentuais em termos relativos. As tendências do trabalho infantil por região, grupo etário e sexo são discutidas a seguir.

Tendências do trabalho infantil por região

Os resultados relativos às tendências regionais sobre o trabalho infantil são limitados ao período 2008-2012, devido a limitações de dados existentes nas estimativas mundiais anteriores a 2008. O trabalho infantil entre as crianças no grupo etário de 5-17 anos diminuiu em termos absolutos e relativos nas regiões da Ásia-Pacífico, América Latina e Caraíbas e África Subsaariana durante o período 2008-2012. A região da Ásia-Pacífico registrou, de longe, a diminuição mais

acentuada do número de crianças trabalhadoras, de 114 milhões em 2008 para 78 milhões em 2012. O número de crianças trabalhadoras diminuiu também na África Subsaariana (em 6 milhões) e, de modo mais modesto, na América Latina e Caraíbas (em 1,6 milhões).

A diminuição na percentagem de crianças de 5-17 anos em trabalho infantil durante o período 2008-2012 foi também mais elevada na região da Ásia-Pacífico (4 pontos percentuais), seguida pela África Subsaariana (3,9 pontos percentuais) e América Latina e Caraíbas (1,2 pontos percentuais).

O impacto final destas tendências regionais é que a população mundial de crianças trabalhadoras ficou mais concentrado na região da África Subsaariana. A Gráfico 14, que apresenta as alterações na distribuição regional do trabalho infantil no grupo etário de 5-17 anos no período 2008-2012, ilustra este ponto. E, enquanto a África Subsaariana representava 30 por cento de todas as crianças de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil em 2008, 4 anos mais tarde, este valor aumentou para cerca de 35 por cento. Ao mesmo tempo, a parte do total de trabalho infantil oriundo da

Gráfico 12. Tendências regionais no número de crianças em trabalho infantil, grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012

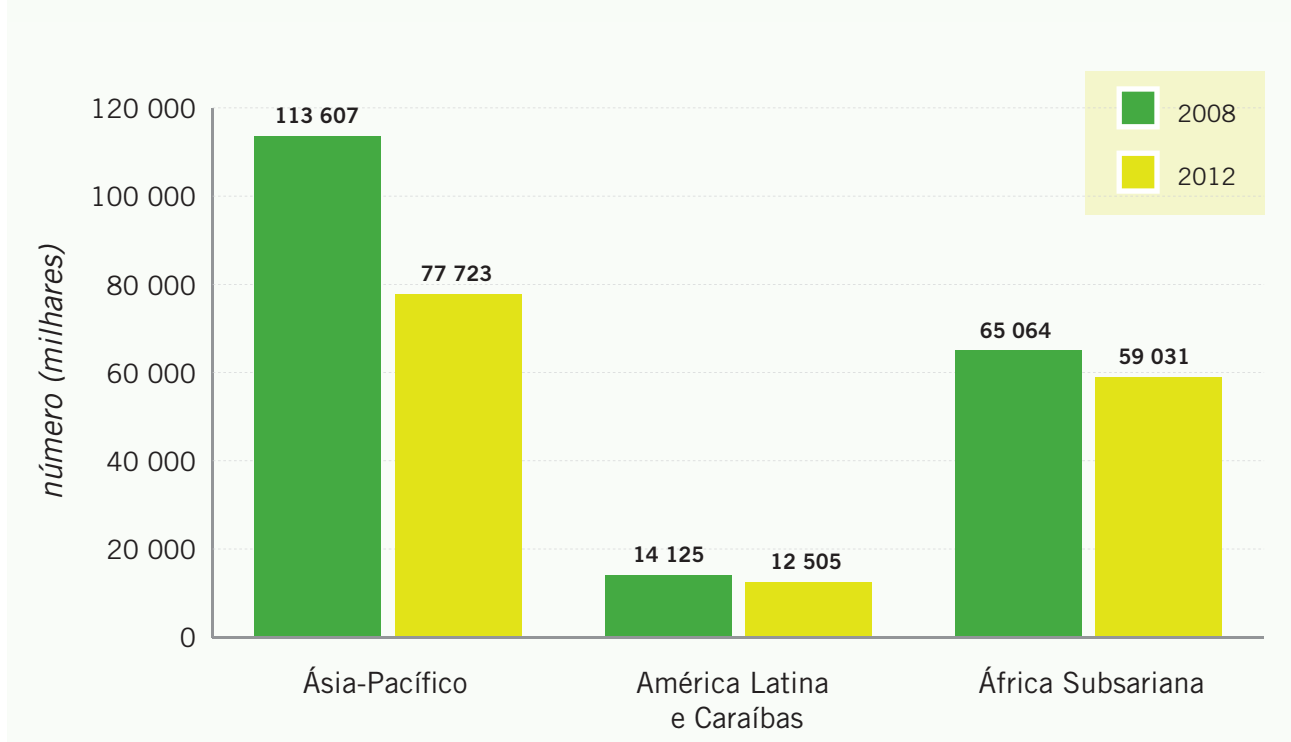




Gráfico 13. Tendências regionais na incidência de trabalho infantil, grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012

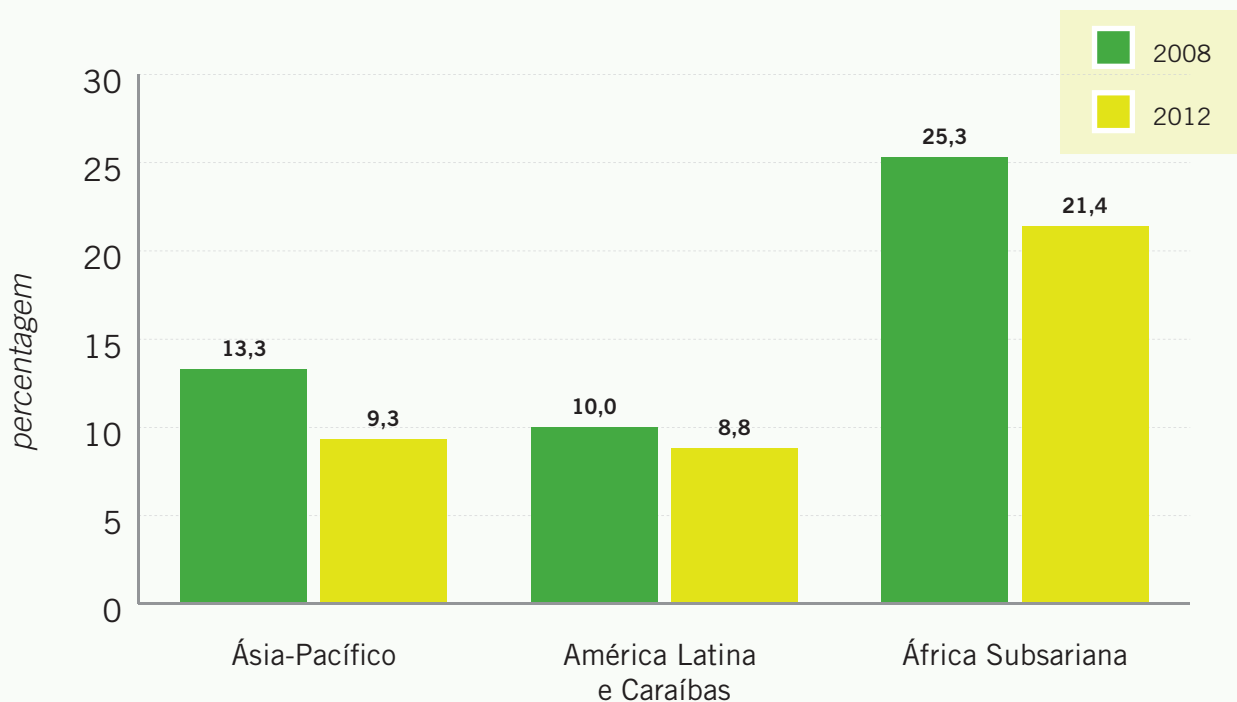
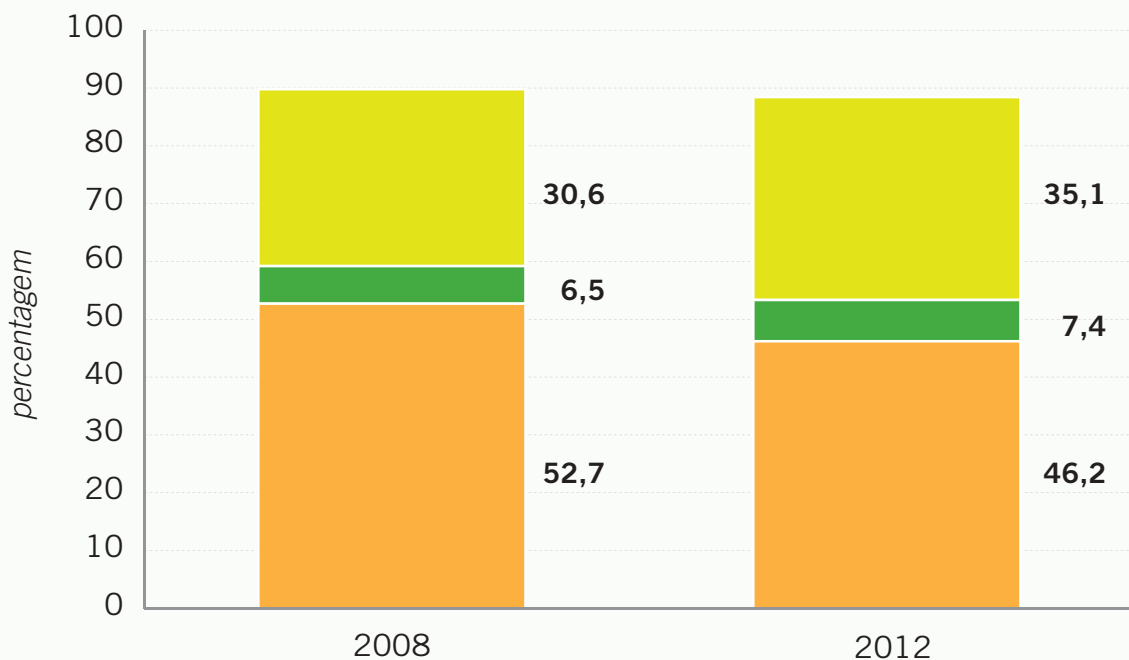


Gráfico 14. Alterações na distribuição regional de crianças em trabalho infantil, grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012^(a)



■ Ásia-Pacífico
 ■ América Latina e Caraíbas
 ■ África Subariana

Nota: (a) A soma dos valores da distribuição é inferior a 100, porque os países fora das três principais regiões não se encontram aqui representados.

região Ásia-Pacífico diminuiu de modo significativo, de 53 para 46 por cento, para o mesmo grupo etário de 5-17 anos, durante o período 2008-2012.

Tendências do trabalho infantil por grupo etário

A diminuição do trabalho infantil verificado no período 2000-2012 estendeu-se também a todos os grupos etários, mas foi particularmente significativa entre as crianças mais jovens. O trabalho infantil no grupo etário de 5-14 anos diminuiu um terço (65,8 milhões) em termos absolutos entre 2000 e 2012. Os progressos realizados flutuaram entre as crianças mais velhas, de 15-17 anos. Este grupo apresentou uma diminuição de 11,7 milhões de crianças envolvidas em trabalho infantil durante o período 2000-2012, mas esta diminuição global ocultou uma elevação significativa do trabalho infantil entre as crianças de 15-17 anos no período de 2004-2008.

A diminuição do trabalho infantil para cada grupo etário foi também significativa, quando observada em termos relativos. A parte de crianças envolvidas em trabalho infantil diminuiu de 15,5 por cento para

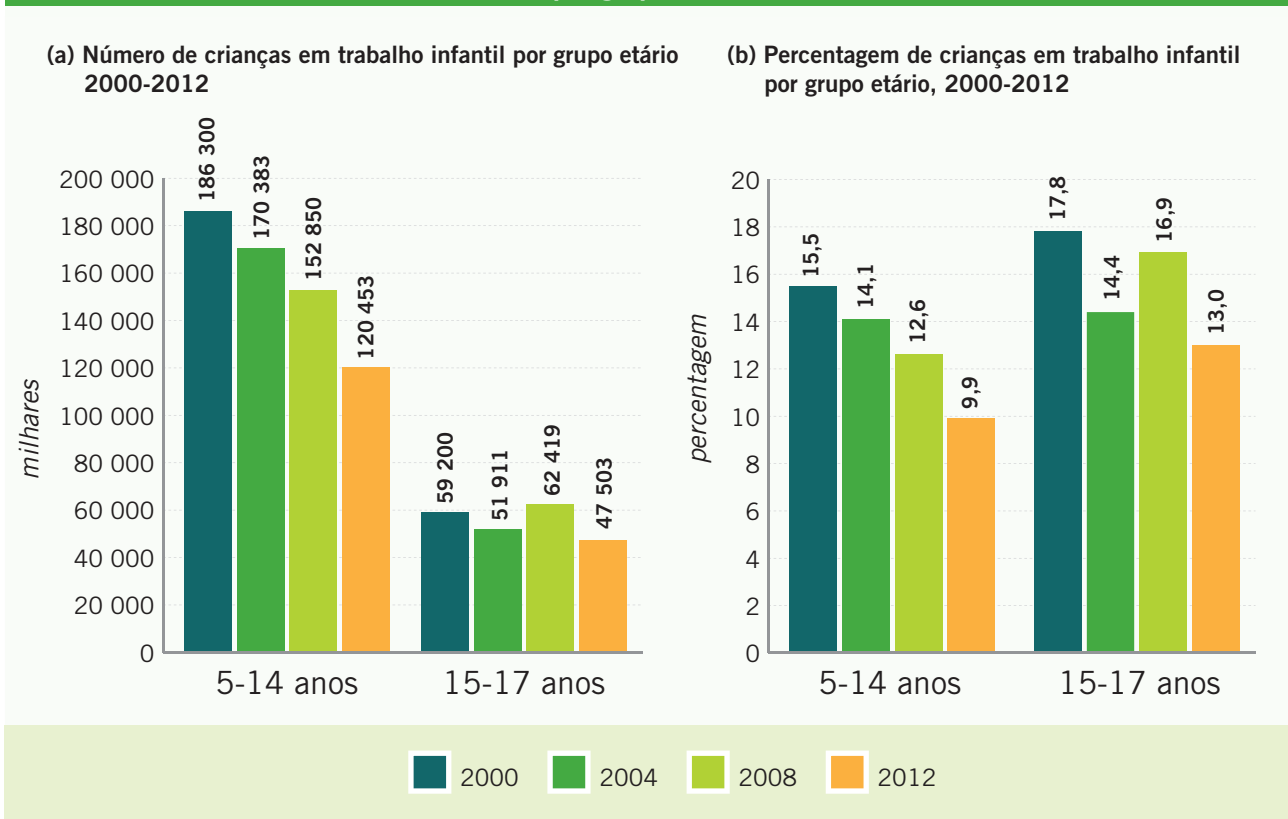
9,9 por cento entre as crianças de 5-14 anos e de 17,8 por cento para 13 por cento entre as crianças de 15-17 anos ao longo do período de 2000 a 2012 (Gráfico 15b).

Tendências do trabalho infantil por sexo

O progresso verificado na luta contra o trabalho infantil durante o período de 2000-2012 estendeu-se às crianças de ambos os sexos. A redução no trabalho infantil das meninas foi particularmente acentuada no período 2000-2012, com uma redução de 40 por cento do número de meninas. Quanto aos meninos, a redução foi de 25 por cento.

A diminuição do trabalho infantil entre as meninas com idades de 5-17 anos foi consistente durante o período de 12 anos nos e totalizou 45,1 milhões de crianças em termos absolutos e 6,3 pontos percentuais em termos relativos (Gráfico 16). O trabalho infantil entre os meninos do mesmo grupo etário diminuiu 32,4 milhões de crianças e 4,6 pontos percentuais, apesar de esta diminuição ocultar um leve aumento durante o período de 2004-2008.

Gráfico 15. Tendências do trabalho infantil por grupo etário, 2000-2012

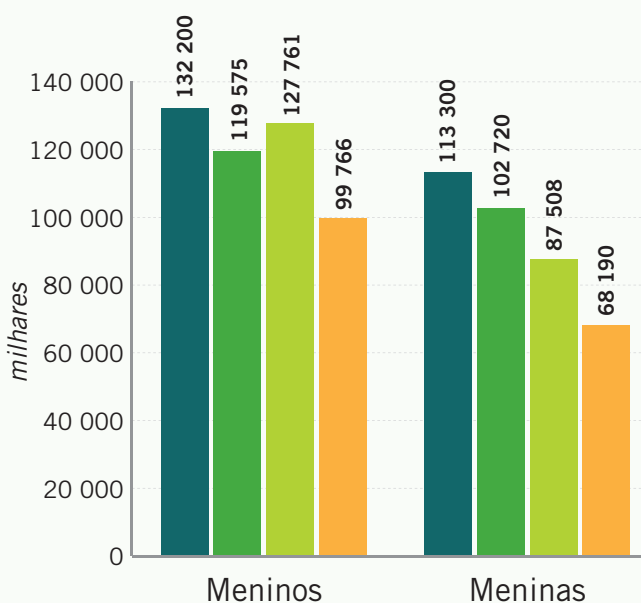




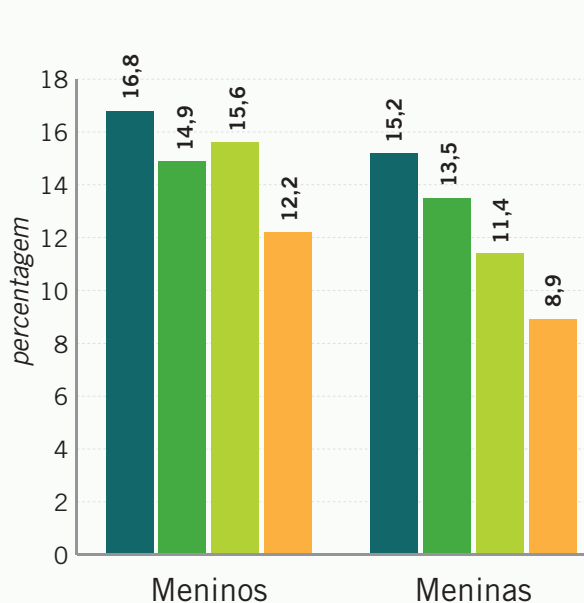
A magnitude da redução do trabalho infantil nas meninas foi superior à dos meninos e a diferença entre meninos e meninas em termos de envolvimento em atividade econômica decresceu no período 2000-2012. Como indicado pelo Gráfico 16c, enquanto as meninas representavam 46,2 por cento do total das crianças trabalhadoras em 2000, em 2012 representavam apenas 40,6 por cento.

Gráfico 16. Tendências do trabalho infantil por sexo, por grupo etário de 5-17 anos, 2000-2012

(a) Número de crianças em trabalho infantil por sexo, grupo etário de 5-17 anos, 2000-2012

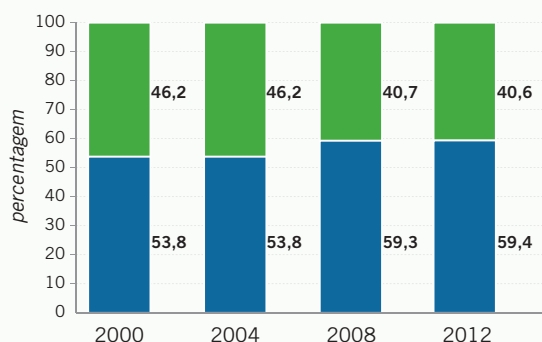


(b) Percentagem de crianças em trabalho infantil por sexo, grupo etário de 5-17 anos, 2000-2012



■ 2000 ■ 2004 ■ 2008 ■ 2012

(c) Distribuição de crianças em trabalho infantil por sexo, grupo etário de 5-17 anos, 2000-2012



■ Meninos ■ Meninas



© OIT/M. Crozet

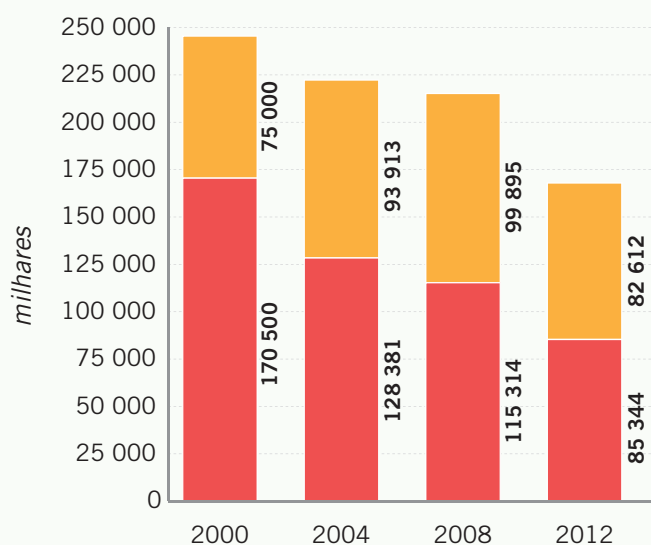
Tendência do trabalho perigoso

A redução do envolvimento das crianças em trabalhos perigosos constitui o mais urgente desafio no capítulo do trabalho infantil a ser enfrentado pela comunidade internacional e o progresso significativo nesta redução durante o período 2000-2012 é, por isso, francamente animador. O total de crianças de 5 a 17 anos de idade em trabalho perigoso diminuiu em metade durante o período de 12 anos de 171 para 85 milhões. Esta redução relativa foi igualmente acentuada, de 11 por cento da totalidade das crianças de 5-17 anos em 2000 para 5 por cento em 2012.

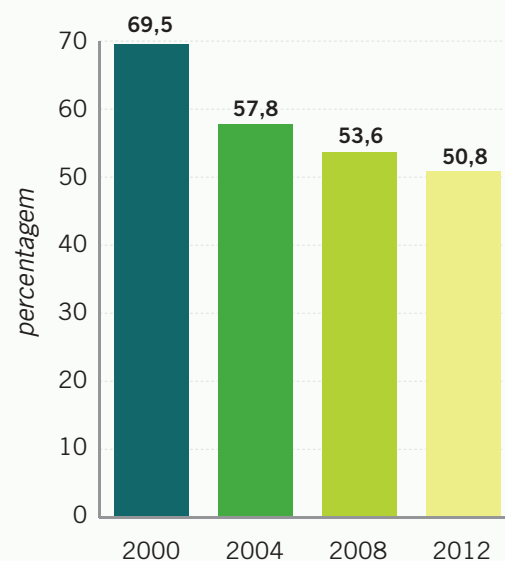
A diminuição mundial no trabalho perigoso ultrapassou em termos gerais a do trabalho infantil, o que significa que o conteúdo de trabalho perigoso no trabalho infantil diminuiu ao longo do período 2000-2012. Conforme indicado no Gráfico 17b, enquanto 70 por cento das crianças trabalhadoras executavam trabalho perigoso em 2000, este número diminuiu para 51 por cento em 2012. Por outras palavras, existiam menos crianças em trabalho infantil em 2012 quando comparado com 2000, e as que permaneciam em trabalho infantil estavam menos envolvidas em trabalho perigoso.

Gráfico 17. Alterações relativas do trabalho infantil e trabalho perigoso, por grupo etário de 5-17 anos, 2000-2012

(a) Número de crianças em trabalho perigoso e outro trabalho infantil, 2000-2012



(b) Trabalho perigoso como percentagem do trabalho infantil, 2000-2012



Outro trabalho infantil Trabalho perigoso

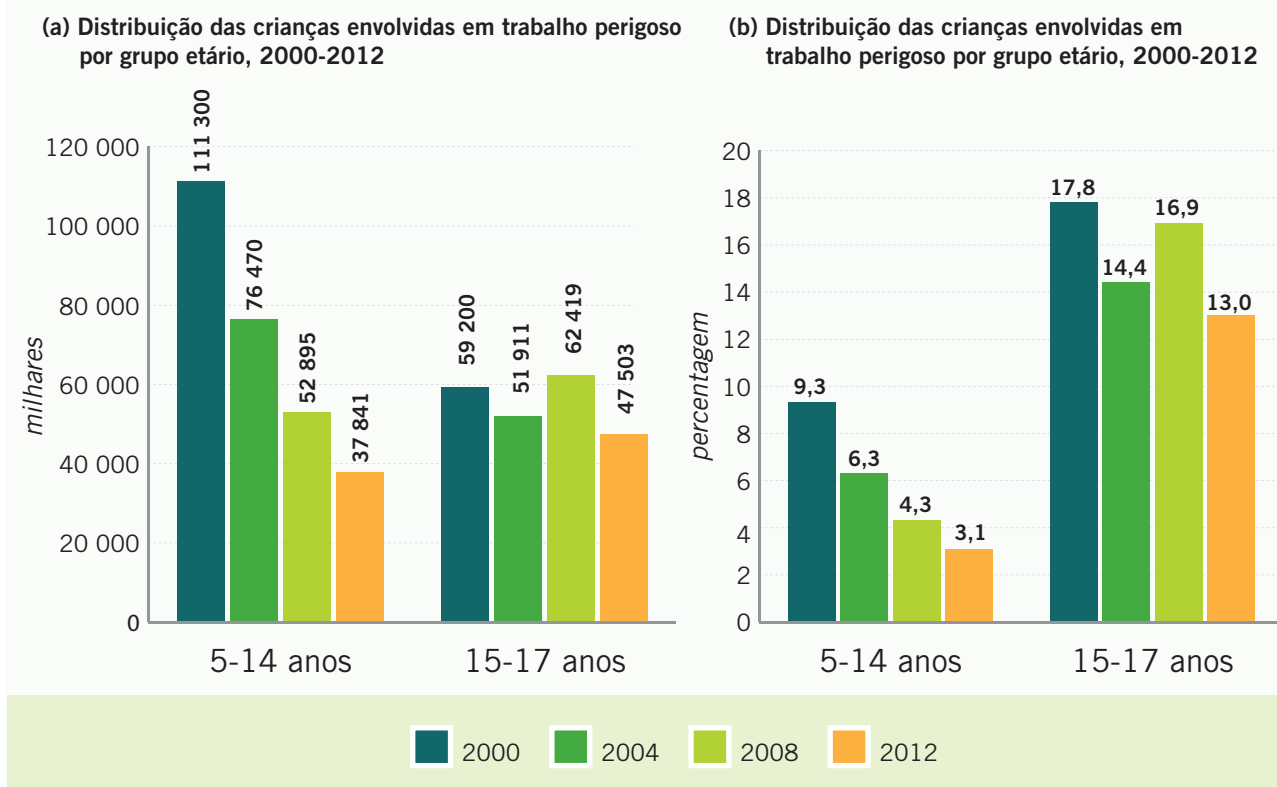


Tendências do trabalho perigoso por grupo etário

A diminuição do trabalho perigoso verificado no período 2000-2012 estendeu-se também a todos os grupos etários, mas foi particularmente significativa entre as crianças mais jovens. O número de crianças no grupo etário de 5-14 anos envolvidas em trabalho perigoso diminuiu cerca de dois terços, de 111,3 milhões para 37,8 milhões, entre 2000 e 2012. O progresso foi mais lento, mas ainda assim significativo, entre as crianças mais velhas, de 15-17 anos. Este grupo registrou também uma redução de cerca de um quinto dos números de trabalho perigoso, de 59,2

para 47,5 milhões, (Gráfico 18a). Para as crianças de 15-17 anos, a redução do envolvimento em trabalho perigoso durante o período mais recente (2008-2012) foi particularmente pronunciada e seguiu-se a um *aumento* significativo do trabalho perigoso no período anterior (2004-2008). Em termos relativos, o segmento de crianças no grupo etário de 5-14 anos envolvidas em trabalho perigoso diminuiu de 9 para 3 por cento, enquanto o segmento etário de 15-17 anos em trabalho perigoso diminuiu de 17,8 por cento para 13 por cento, durante o período de 2000-2012 (Gráfico 18b).

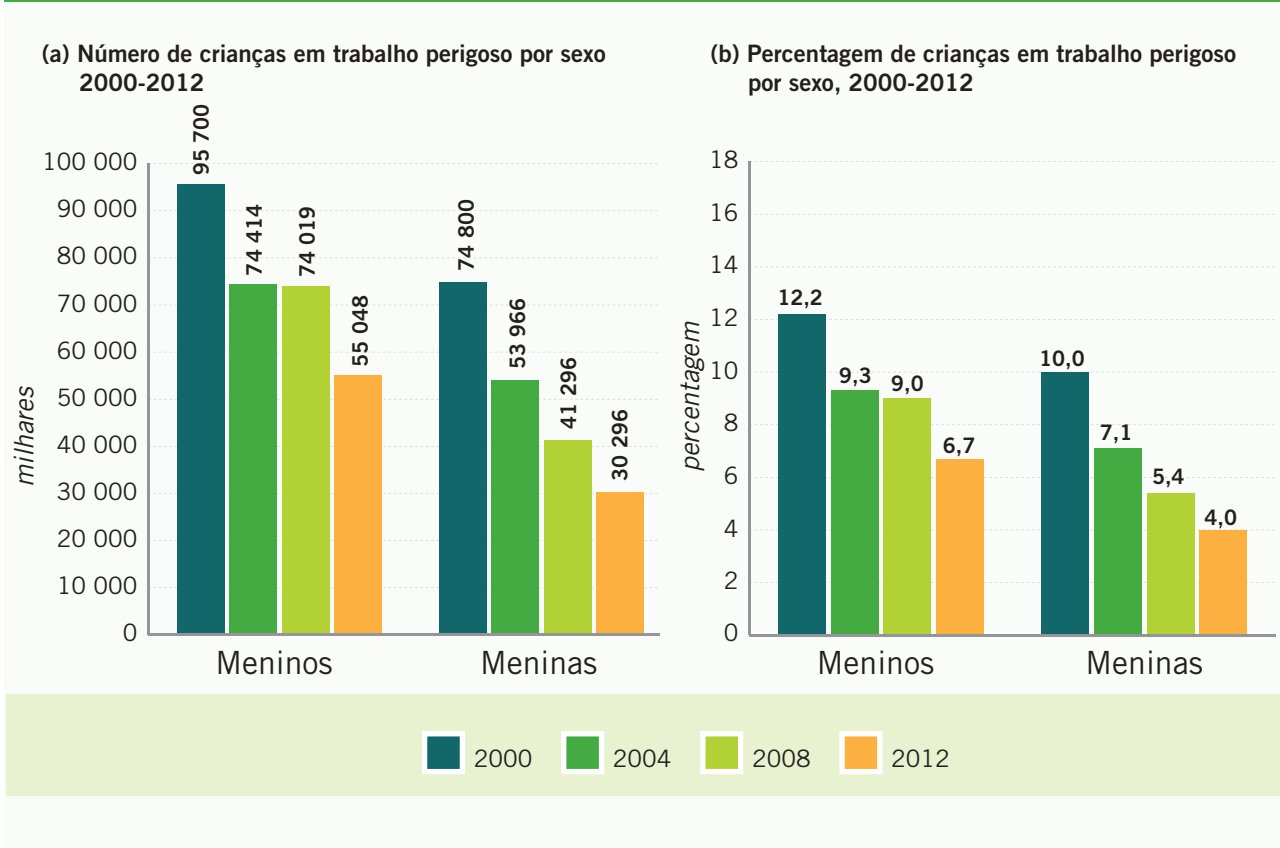
Gráfico 18. Tendências do trabalho perigoso por grupo etário, 2000-2012



Tendências do trabalho perigoso por sexo

O progresso verificado na luta contra a redução do trabalho perigoso durante o período de 2000-2012 estendeu-se às crianças de ambos os sexos. O trabalho perigoso entre as meninas do grupo etário de 5-17 anos diminuiu mais do que metade em termos absolutos e relativos, de 74,8 milhões em 2000 para 30,3 milhões em 2012 (Gráfico 19a) e de 10 por cento em 2000 para 4 por cento em 2012 (Gráfico 19b). A redução entre os meninos foi inferior, mas, mesmo assim, muito significativa. Existiam menos 40,7 milhões de meninos em trabalho perigoso em 2012 do que em 2000; a percentagem de meninos em trabalho perigoso foi cerca de 6 pontos percentuais inferior em 2012, em comparação com 2000.

Gráfico 19. Tendências do trabalho perigoso por sexo, por grupo etário de 5-17 anos, 2000-2012





Alterações nas características do trabalho infantil

Nos anos mais recentes, parece ter havido um aumento na importância relativa do trabalho infantil no setor dos serviços. A parte do total de crianças em situação de trabalho infantil encontradas em serviços aumentou, de 26 por cento em 2008 para 32 por cento em 2012 (Gráfico 20). Parte desse aumento pode ser devido ao fato de que menos crianças trabalhadoras estão na categoria “não definido” em 2012, apontando para um melhor cálculo das crianças no setor de serviços, em especial os da economia informal.

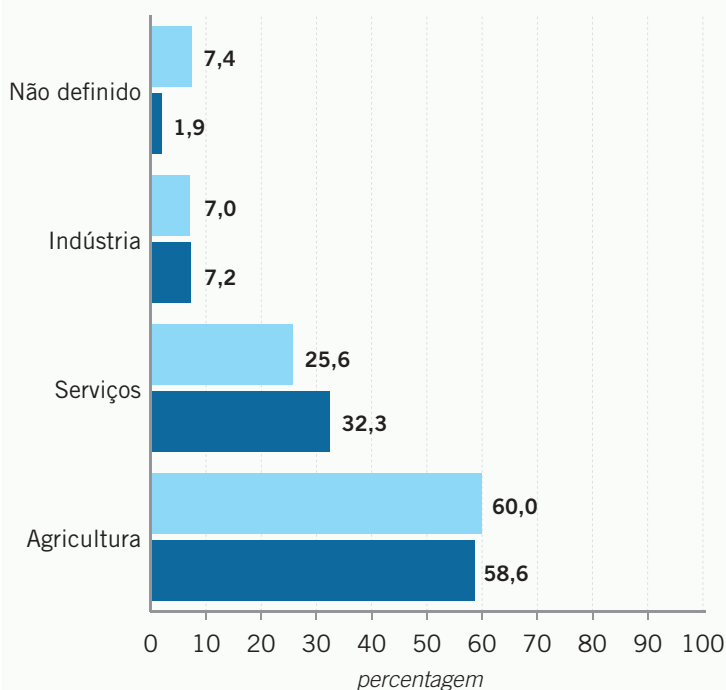
Esses resultados em nível mundial são semelhantes aos resultados nacionais em países como o México, o Brasil e a Indonésia, o que mostra também que o trabalho infantil *fora* da agricultura, e particularmente

o trabalho infantil nos serviços está ganhando terreno em termos de importância relativa. Apesar do combate ao trabalho infantil na agricultura permanecer a prioridade mais importante, está também claro que os esforços de eliminação do trabalho infantil devem também incluir a parte das crianças trabalhadoras que estão ocupadas fora desse sector.

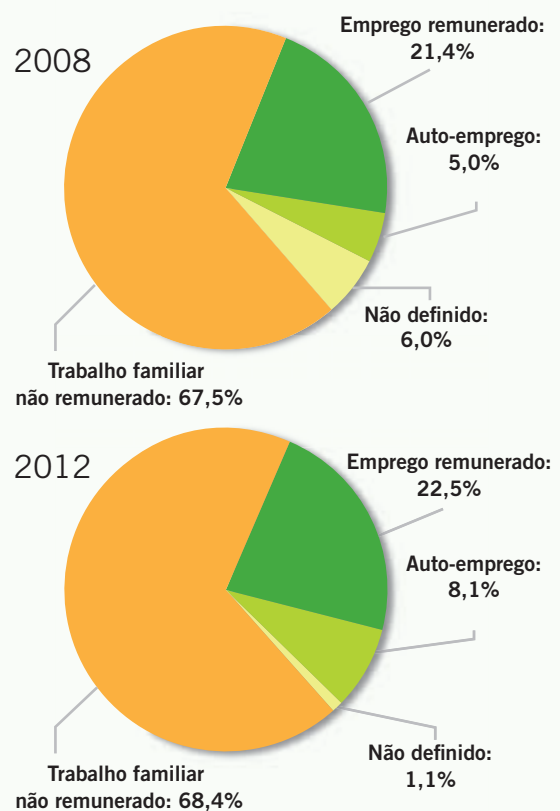
A composição em termos de regime de atividade, indicado na Gráfico 20b, mostra um pequeno deslocamento para o auto-emprego entre 2008 e 2012.

Gráfico 20. Tendências do trabalho infantil por setor e regime de actividade, por grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012

(a) Distribuição das crianças trabalhadoras por sector de actividade, grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012



(b) Distribuição das crianças trabalhadoras por situação de emprego, grupo etário de 5-17 anos, 2008 e 2012



2008 2012

Trabalho familiar não remunerado
Emprego remunerado
Auto-emprego remunerado
Não definido

Perspectivas futuras



4

Esta quarta edição das Estimativas Mundiais apresenta um quadro do progresso e dos desafios substanciais ainda existentes. Por um lado, os esforços sustentados em nível mundial contra o trabalho infantil nos últimos 12 anos parece terem dado frutos – durante o período de 2000 a 2012, o trabalho infantil diminuiu cerca de um terço e o trabalho perigoso diminuiu mais de metade. Mas, por outro lado, o ritmo do progresso ainda permanece demasiado lento para se atingir o objetivo de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016.

Tendo em consideração a informação apresentada nos Capítulos 1, 2 e 3 e os conhecimentos, experiência e lições aprendidas pelo IPEC, devem também considerar-se algumas observações importantes sobre as necessidades e os desafios a que os mandantes da OIT e a comunidade internacional devem enfrentar, assim como as maneiras possíveis para acelerar os esforços para eliminar o trabalho infantil. Esses elementos são consistentes com e reforçam o conjunto mais amplo das recomendações contidas no Roteiro de Haia e nos planos de ação mundiais aprovados pelo Conselho de Administração da OIT e, ao mesmo tempo, chamam a atenção para as novas tendências. Tais elementos destinam-se a servir de contributos para as discussões que terão lugar durante a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil organizada pelo governo brasileiro em Brasília de 8 a 10 de Outubro de 2013.

Melhoramento das bases de dados estatísticas em nível mundial e regional. Apesar das estimativas sobre trabalho infantil apresentadas no presente Relatório terem um âmbito mundial, a disponibilidade e

a qualidade dos dados em que foram baseadas variam bastante conforme os países e as regiões. Continua a haver dados escassos sobre o trabalho infantil nas regiões da Europa de Leste e na Ásia Central, na sub-região do Pacífico, nas economias industrializadas e em diversos países asiáticos. Os dados sobre o trabalho infantil encontram-se agora disponíveis para muitos países da África Subsaariana, mas os dados sobre o trabalho perigoso permanecem muito mais limitados; também os dados comparáveis em termos de tempo, necessários para monitorar e avaliar as tendências, continuam inadequados na região. É necessário preencher essas lacunas de dados graças às instituições estatísticas nacionais, para permitir um efetivo monitoramento do progresso na luta contra o trabalho infantil em nível nacional, regional e mundial. É também importante uma atenção continuada à segregação dos dados por sexo, idade e outras características.

Resposta política multifacetada. As estimativas mundiais indicam claramente que o trabalho infantil não é fenômeno limitado aos países mais pobres. Assim, pode concluir-se que confiar apenas no aumento do rendimento das famílias não será suficiente para eliminar o número ainda demasiado elevado de crianças trabalhadoras. Existe, sim, a necessidade de uma resposta política ativa para enfrentar os muitos fatores econômicos e sociais que conduzem ao envolvimento das crianças no trabalho infantil. A experiência passada e as provas decorrentes de estudos sublinham a necessidade do reforço das ações em 4 amplas áreas políticas: legislação, educação,

proteção social e políticas para o mercado de trabalho. Em primeiro lugar, são necessários esforços continuados para ampliar o acesso das crianças de ambos os sexos a escolaridade básica relevante, que promova uma aprendizagem de qualidade e/ou o desenvolvimento de competências. Em segundo lugar, existe também a necessidade de construir pisos de proteção social que possam ajudar a prevenir as famílias vulneráveis a recorrerem ao trabalho infantil para fazer face à sua vulnerabilidade econômica e social. A recomendação N.º 202 da OIT sobre Pisos de Proteção Social de 2012 apresenta um quadro de referência para os esforços neste capítulo. Em terceiro lugar, as oportunidades de trabalho digno ou decente devem ser ampliadas para a juventude com idade superior à mínima para o emprego, com vista a oferecer às famílias o incentivo necessário para investirem na educação das suas crianças, desde as etapas mais precoces do seu ciclo de vida e para os adultos, de um modo geral, para assegurar-lhes um rendimento familiar melhor e mais seguro. Em quarto lugar, existe também a necessidade de continuar a reforçar os quadros legais de todos os princípios e direitos de trabalho fundamentais, com ênfase na identificação, proibição e proteção contra o trabalho perigoso, e para melhorar a capacidade de resposta das inspeções laborais e

dos mecanismos de aplicação da lei nos casos de trabalho infantil. Finalmente, a necessidade de uma melhor conscientização dos benefícios da escolaridade e dos custos do trabalho infantil em termos de saúde e desenvolvimento, assim como as leis nacionais básicas sobre a idade mínima para acesso ao emprego e a proibição do trabalho infantil, para que as famílias possam fazer escolhas informadas sobre a ocupação do tempo das crianças entre a escola e o trabalho.

Respostas específicas da idade e do sexo. O trabalho infantil permanece relevante na faixa etária entre os 5 e 17 anos de idade. Quase metade das crianças trabalhadoras têm menos de 12 anos, sendo necessário um esforço renovado para que todas as crianças com idade inferior à mínima para acesso ao emprego recebam uma educação de qualidade, gratuita e obrigatória, em condições que promovam a aprendizagem das crianças de ambos os sexos. A diminuição mais significativa no trabalho infantil ocorreu nas meninas, devendo continuar a ser implementadas quaisquer medidas tendentes a promover a igualdade entre os gêneros. Ao mesmo tempo, devem ser introduzidas e reforçadas políticas específicas para as crianças mais velhas em idade legal de trabalho, cuja atividade esteja também coerente com as condições gerais do mercado de trabalho. Essas políticas devem incluir mecanismos de salvaguarda específicos para crianças entre a idade mínima de acesso ao emprego e os menores de 18 anos de idade. Nesse contexto, é necessária uma abordagem de políticas integradas sobre o trabalho infantil para crianças de ambos os sexos e o emprego juvenil, incluída no quadro mais amplo da Agenda de Trabalho Digno da OIT.

Uma atenção especial à África Subsaariana. Os planos de ação da OIT apelam para uma atenção especial à situação na África Subsaariana; as estatísticas apresentadas no presente Relatório indicam que este apelo permanece válido. Apesar da diminuição no trabalho infantil durante o período 2008-2012 constituir motivo para algum otimismo, a África Subsaariana continua a ser a região onde as crianças enfrentam, de longe, o risco mais elevado de caírem no trabalho infantil e também a região onde o progresso foi mais reduzido e menos consistente. Uma atenção reforçada e um apoio continuado ao desenvolvimento e implementação plena dos planos de ação nacionais para a eliminação do trabalho infantil, especialmente nas suas piores formas, e o alargamento e a multiplicação de projetos-piloto, a construção de conhecimentos e a integração do trabalho





© CIFOIT/G. Palazzo

infantil nas agendas nacionais de desenvolvimento devem constituir uma prioridade fundamental.

Atenção continuada na agricultura e nova atenção sobre outros setores. O setor agrícola representa ainda o maior destino para as crianças trabalhadoras, mas algumas provas referidas no presente Relatório indicam que a constituição setorial do trabalho infantil está começando a mudar. O trabalho infantil fora do setor agrícola, e particularmente nos serviços, tem adquirido uma importância relativa. As implicações políticas destas alterações são claras. Apesar da situação do trabalho infantil na agricultura permanecer crítica, os esforços de eliminação do trabalho infantil devem também fazer face à percentagem crescente de trabalho infantil na economia informal e aos números substancialmente elevados de crianças trabalhadoras na economia informal em diversas áreas da indústria manufatureira. No setor dos serviços, é também especialmente importante a atenção prestada às crianças trabalhadoras utilizadas em trabalhos domésticos, devido à sua elevada vulnerabilidade em termos de exploração e abuso. A Convenção N.º 189 da OIT sobre Trabalhadores Domésticos e a Recomendação N.º 201 de 2011 constituem quadros de referência importantes para esta situação.

Construção da base de conhecimento, monitoramento e avaliação. A insuficiência de informação não pode constituir justificativa para a falha na ação. Mas, ao mesmo tempo, é fundamental o melhoramento dos mecanismos de informação e de monitoramento sobre o trabalho infantil para reforçar as respostas políticas e para assegurar a atribuição de recursos às áreas onde sejam mais necessários. Apesar do progresso considerável nos anos mais recentes em

termos da maior compreensão sobre o trabalho infantil, continuam a existir falhas de informação relevantes. Nesse contexto, é particularmente importante o conhecimento sobre o *impacto* das políticas. É assim sublinhada a necessidade de investimentos adicionais substanciais para avaliações de impacto sistemáticas e em avaliações das intervenções em áreas políticas relevantes, com vista à identificação das abordagens políticas com melhor desempenho na luta contra o trabalho infantil, das respectivas circunstâncias e das razões para tal desempenho. Os fatores determinantes na ocorrência do trabalho infantil em famílias fora dos limites da pobreza constituem outra falha de conhecimento importante. Uma terceira falha de conhecimento diz respeito à relação entre o trabalho infantil e o emprego juvenil. Para enfrentar as questões do trabalho infantil e do emprego juvenil de um modo integrado, é necessária uma melhor informação sobre os modos específicos como o trabalho infantil influencia a situação posterior de emprego juvenil e vice-versa.

Cooperação e parcerias internacionais. Apesar de caber aos governos nacionais a responsabilidade primária de pôr fim ao trabalho infantil, os parceiros sociais têm também um papel importante nesta tarefa. Os esforços para utilizar o diálogo social e reconhecer a contribuição das relações laborais para a eliminação do trabalho infantil parecem apresentar bons resultados em alguns países. A intensificação de um envolvimento mais estreito dos parceiros sociais poderá também melhorar a apropriação e a sustentabilidade em nível nacional. Mesmo que os recursos nacionais nos países em questão sejam escassos para a ação, é fundamental que a cooperação internacional, a formação de parcerias e os programas de assistência continuem a ser uma realidade, no espírito do Artigo 8 da Convenção N.º 182 da OIT. Qualquer redução nas parcerias e cooperação internacionais neste momento poderá pôr em perigo muito do progresso já realizado. O fato de existir já um progresso real deve constituir um catalisador para uma maior cooperação. A contribuição para a eliminação do trabalho infantil é um dos investimentos mais rentáveis no desenvolvimento social e econômico, na erradicação da pobreza e nos direitos humanos no século XXI. Sob a liderança da OIT, com a cooperação com outras organizações e o envolvimento da comunidade internacional, através de uma assistência mútua e de iniciativas nacionais, pode-se continuar no progresso da luta contra o trabalho infantil.

Referências



Brown, Gordon (2012). *Child Labor & Educational Disadvantage – Breaking the Link, Building Opportunity*. Uma revisão por Gordon Brown, Enviado Especial das Nações Unidas para a Educação Global (Londres). Disponível em: http://educationenvoy.org/child_labor_and_education_US.pdf.

OIT (1973). *Convenção N.º 138 sobre a Idade Mínima para Admissão de Emprego*. 58a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), reunião em 26 de junho de 1973 (Genebra). Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/492>.

OIT (1973). *Recomendação N.º 146 sobre Idade Mínima para Admissão a Emprego*. 58a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), reunião em 26 de junho de 1973 (Genebra). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/sobre-idade-minima-para-admissao-emprego>.

OIT (1999). *Convenção N.º 182 relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Ação Imediata com vista à Sua Eliminação*. 87a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), reunião em 17 de junho de 1999 (Genebra). Disponível em: <https://>

s3.amazonaws.com/normlex/normlexexotic/PT/PT_C182.pdf.

OIT (1999). *Recomendação N.º 190 sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação imediata para sua Eliminação*. 87a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), reunião em 17 de junho de 1999 (Genebra). Disponível em: <http://www.oit.org.br/content/sobre-proibi%C3%A7%C3%A3o-das-piores-formas-de-trabalho-infantil-e-a%C3%A7%C3%A3o-imediata-para-sua-elimina%C3%A7%C3%A3o>.

OIT (2008). *Report of the Conference*. 18a Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, Documento ICLS/18/2008/IV/FINAL, 24 de Novembro-5 de Dezembro de 2008 (Genebra). Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/--stat/documents/meetingdocument/wcms_101467.pdf.

OIT (2008). *Resolution concerning statistics of child labour*. 18a Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, 24 de Novembro-5 de Dezembro de 2008 (Genebra). Disponível em: <http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/standards->

and-guidelines/resolutions-adopted-by-international-conferences-of-labour-statisticians/WCMS_112458/lang--en/index.htm.

OIT (2011). *Convenção N.º 189 sobre Trabalho Digno para o Trabalho Doméstico*. 100a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), reunião em 16 de junho de 2011 (Genebra). Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_conv_189.pdf.

OIT (2011). *Recomendação N.º 201 sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos*. 100a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), reunião em 16 de junho de 2011 (Genebra). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/sobre-o-trabalho-domestico-decente-para-trabalhadoras-e-os-trabalhadores-domesticos>.

OIT (2012). *Hard to see, harder to count – Survey guidelines to estimate forced labour of adults and children*. Programa Especial de Ação de Combate ao Trabalho Forçado (SAP-FL) e Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra). Disponível em: http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/publications/WCMS_182096/lang--en/index.htm.

OIT (2012). *OIT Global Estimate of Forced Labour - Results and Methodology*. OIT Programa Especial de Ação de Combate ao Trabalho Forçado (SAP-FL). (Genebra) Disponível em: http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/publications/WCMS_182004/lang--en/index.htm.

OIT (2013). *Sampling elusive populations: Applications to studies of child labour* (próximas).

OIT-IPEC (2002). *Every Child Counts – New Global Estimates on Child Labour*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT). Disponível em: <http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/>

[all-publications/WCMS_IPEC_PUB_742/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/all-publications/WCMS_IPEC_PUB_742/lang--en/index.htm)

OIT-IPEC (2006). Hagemann F., et al. *Global child labour trends 2000 to 2004*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT). Disponível em: http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/all-publications/WCMS_IPEC_PUB_2299/lang--en/index.htm.

OIT-IPEC (2010). Diallo Y., et al. *Global child labour developments: Measuring trends from 2004 to 2008*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT). Disponível em: http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_126918/lang--en/index.htm.

OIT-IPEC (2013). Diallo, Y., et al. *Global child labour trends 2008 to 2012*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT). Disponível em: http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/all-publications/WCMS_IPEC_PUB_23015/lang--en/index.htm.

OIT-IPEC (2013). *Eliminar o trabalho infantil no trabalho doméstico e proteger os jovens trabalhadores das condições de trabalho abusivas*. Relatório para o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil 2013. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT). Disponível em: http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_207656/lang--en/index.htm.

OIT-IPEC (2013). *World report on child labour: Economic vulnerability, social protection and the fight against child labour*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT). Disponível em: http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_221734/lang--en/index.htm.

OIT-IPEC e UCW (2010). *Joining forces against child labour. Inter-agency report for The Hague Global Child Labour Conference of 2010*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC) e



Understanding Children's Work (UCW) (Genebra, OIT). Disponível em: http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_126870/lang--en/index.htm.

UCW (2011). *Understanding the Brazilian success in reducing child labour: empirical evidence and policy lessons. Drawing policy lessons from the Brazilian experience*. Understanding Children's Work (UCW) série de relatórios do trabalho (Roma). Disponível em: http://ucw-project.org/attachment/Brazil_20june1120110622_103357.pdf.

UCW (2012). *The Mexican experience in reducing child labour: Empirical evidence and policy lessons*. Understanding Children's Work (UCW) série de relatórios por país (Roma). Disponível em: http://www.ucw-project.org/attachment/Report_Child_Labour_trends20130308_111116.pdf.

UCW (2012). *Understanding children's work and youth employment outcomes in Indonesia*. Understanding Children's Work (UCW) série de relatórios por país (Roma). Disponível em: http://www.ucw-project.org/attachment/Child_labour_Youth_employment_Indonesia20120625_162630.pdf.

Secretário Geral das Nações Unidas (2009). *Status of the Convention on the Rights of the Child*. Documento das Nações Unidas, A/64/172. 64a reunião da Assembleia Geral nas Nações Unidas, 27 de Julho de 2009, Tema 672 do programa provisório, promoção e protecção dos direitos das crianças. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/425/00/PDF/N0942500.pdf?OpenElement>.

United Nations (1989). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, resolução No. 44/25 de 20 de Novembro de 1989. Nova Iorque. Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf.

Anexo: conceitos e definições



Conceitos e definições³³

Três importantes Convenções internacionais – a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC) e as Convenções N.º 182 (Piores Formas de Trabalho Infantil) e N.º 138 (Idade Mínima) – definem, em conjunto, os limites legais do trabalho infantil e as bases jurídicas para as ações nacionais e internacionais de luta contra o trabalho infantil. A Resolução sobre as estatísticas relativas ao trabalho infantil (Res. II) adotada pela 18.ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (ICLS) em 2008³⁴ traduziu estes quadros legais para termos estatísticos, para mensuração do trabalho infantil. Os conceitos estatísticos e definições utilizados no presente Relatório estão em conformidade com esta resolução da ICLS.

Referimo-nos a *crianças em atividade econômica* quando as crianças se encontrem ocupadas em atividade econômica de qualquer natureza, pelo menos durante uma hora no período de referência. O termo atividade econômica inclui toda a produção

comercial, bem como determinados tipos de produção não comercial (principalmente a produção de bens e serviços para consumo próprio). Inclui todas as formas de trabalho na economia formal e informal, dentro ou fora do contexto familiar, trabalho remunerado ou com fins lucrativos (em dinheiro ou em espécie, em tempo parcial ou integral) ou trabalho doméstico realizado fora do próprio lar da criança, para uma entidade empregadora (com ou sem remuneração).

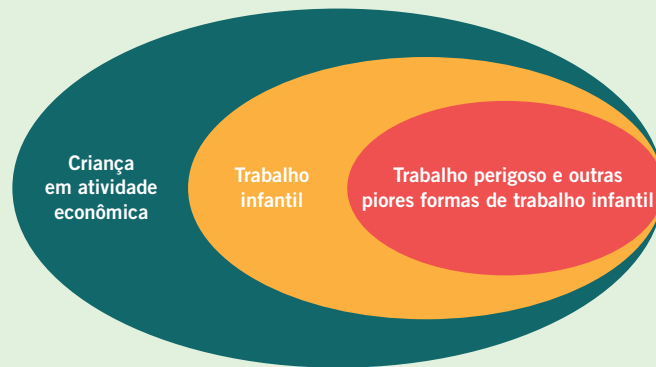
Neste texto, os termos *crianças trabalhadoras* e *crianças em atividade econômica* são utilizados com o mesmo significado. Ambos os termos denotam um conceito mais abrangente de “trabalho infantil”.

As crianças em situação de trabalho infantil constituem um subconjunto das *crianças em atividade econômica*. As crianças em situação de trabalho infantil incluem as crianças utilizadas nas piores formas de trabalho infantil e as crianças em atividade econômica abaixo da idade mínima, mas não incluem as crianças em trabalhos ligeiros autorizados, se aplicável. O trabalho infantil é, assim, um conceito menos abrangente do que o conceito de “crianças em atividade econômica”, com exceção das crianças que trabalhem apenas algumas horas por semana e as crianças com idade superior à idade mínima, cujo trabalho não seja classificado como uma pior forma de trabalho infantil, incluindo, de modo particular, o “trabalho perigoso”.

³³ Para uma discussão mais pormenorizada sobre o método utilizado, ver OIT-IPEC: Diallo, Y., et al. *Global child labour trends 2008 to 2012*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT, 2013).

³⁴ Ver “Resolution II, Resolution concerning statistics of child labour” em OIT. *Report of the Conference*. 18ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, Documento ICLS/18/2008/IV/FINAL, 24 de Novembro-5 de Dezembro de 2008 (Genebra, 2008).

Gráfico 21. Crianças em atividade econômica, trabalho infantil ou piores formas de trabalho infantil



O trabalho perigoso realizado por crianças é definido como qualquer atividade ou ocupação que, pela sua natureza ou tipo, tenha ou conduza a efeitos nocivos na segurança, saúde (física ou mental) ou desenvolvimento ou moral da criança. A periculosidade do trabalho pode também decorrer de uma carga de trabalho excessiva, das condições físicas e/ou da intensidade do trabalho em termos da duração ou das horas de trabalho, mesmo que a atividade ou ocupação seja reconhecida como não perigosa ou “segura”.

Em resumo, o “trabalho perigoso”, considerado como semelhante às “piores formas de trabalho infantil”, é uma parte do “trabalho infantil”, e este é, por sua vez, uma parte das “crianças em atividade econômica” (ou “crianças trabalhadoras”), conforme descrito no Gráfico 21.

Estimativa mundial da OIT

Para os propósitos da estimativa mundial, foi adotado um procedimento sequencial específico para mensuração do trabalho infantil no quadro das normas internacionais, conforme representado esquematicamente no Gráfico 22.

Conforme indicado no diagrama, o total de crianças utilizadas em indústrias consideradas perigosas, as crianças utilizadas em ocupações consideradas perigosas, as crianças utilizadas em trabalhos com longas horas de trabalho e as crianças trabalhando em outras condições de trabalho perigosas constituem, no total, o número total de crianças em trabalho perigoso. Para o propósito de cálculo das estimativas mundiais e regionais, as atividades domésticas não remuneradas realizadas por crianças são excluídas do método de cálculo, já que apenas alguns poucos países forneceram os dados necessários relativos aos serviços domésticos não remunerados (atividades domésticas)

realizados pelas crianças nas suas residências. Algumas questões técnicas relativas aos limiares e à combinação de atividades econômicas e serviços domésticos não remunerados devem ser esclarecidas antes da medição total do trabalho infantil, para poder ser definida adequadamente a fronteira de produção geral.

A estimativa final do trabalho infantil será então obtida adicionando ao número total de crianças utilizadas em trabalho perigoso, o número de crianças da faixa etária de 5 a 11 anos que tiverem estado envolvidas em qualquer atividade econômica durante o período de referência (emprego abaixo da idade mínima) e o número de outras crianças de 12 a 14 anos de idade que tiverem estado envolvidas em atividade econômica que não possa ser considerada trabalho ligeiro durante o período de referência.

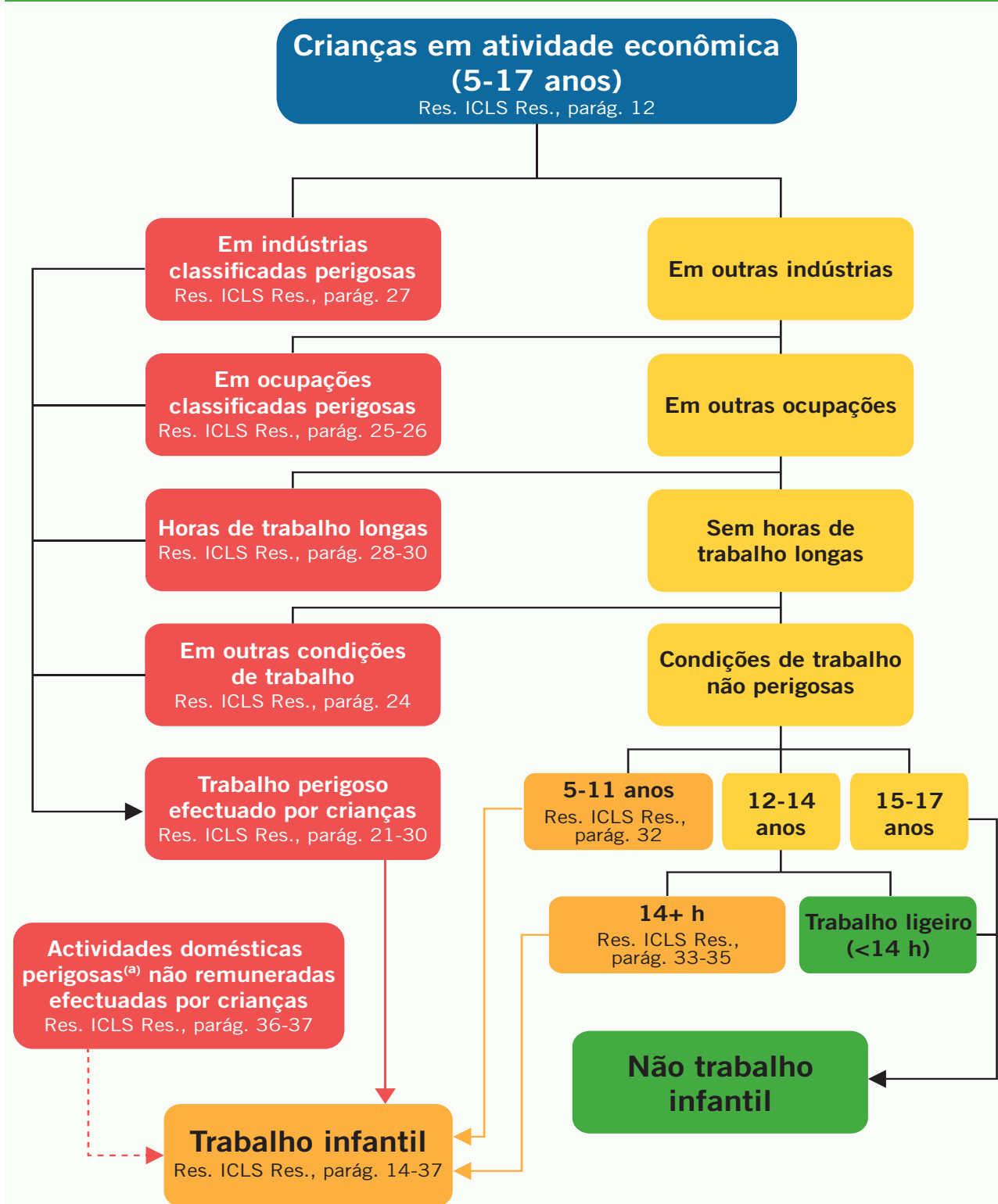
O trabalho ligeiro autorizado é definido, no presente contexto, como o trabalho não perigoso realizado por crianças (dos 12 aos 14 anos) com duração inferior a 14 horas durante a semana de referência. O limite das 14 horas foi também utilizado em estimativas anteriores da OIT. A escolha desse limite foi baseada nas disposições da Convenção N.º 33 da OIT (1932) sobre Idade Mínima (Emprego Não Industrial), que definem duas horas por dia, durante os dias de escola ou de férias escolares, como o valor máximo para trabalho ligeiro para a idade de 12 anos.³⁵

Nesse processo, as crianças utilizadas em *piores formas de trabalho infantil com exceção do trabalho*

³⁵ O art.º 3 (parágrafo 1) da Convenção define que “As crianças com mais de 12 anos de idade podem, fora das horas estipuladas como de frequência escolar, sem empregadas em trabalhos ligeiros que (a) não sejam nocivos para a sua saúde ou desenvolvimento moral; (b) não prejudiquem a sua frequência escolar ou a sua capacidade de beneficiarem da instrução obtida na escola; e (c) cuja duração não exceda duas horas por dia durante os dias de escola ou férias escolares, não podendo o número de horas despendido na escola e no trabalho ligeiro exceder, em caso algum, sete horas por dia ” (nossa ênfase).



Gráfico 22. Quadro conceitual da estimativa mundial da OIT sobre o trabalho infantil



Fonte: OIT-IPEC: Hagemann F., et al. *Global child labour trends 2000 to 2004*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC). (Genebra, OIT, 2006) com referência à OIT. *Resolution concerning statistics of child labour*. 18ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, 24 de Novembro-5 de Dezembro de 2008 (Genebra, 2008).

Nota: (a) O termo “perigoso”, no contexto de serviços domésticos não remunerados (conforme referido nos parágrafos 15 (c), 36 e 37) da Resolução da 18.ª Conferência ICLS) pode, de facto, incluir o elemento de impedimento à educação ou outros critérios mais amplos do que a atividade econômica ‘perigosa’ (coberta no parágrafo 17 (d) da Resolução da 18.ª Conferência ICLS) que requerem a idade mínima de 18 anos, nos termos da Convenção N.º 138 da OIT e a serem incluídos como uma pior forma de trabalho infantil proibida pela Convenção N.º 182.

perigoso realizado por crianças não são medidas diretamente. Estas crianças são incluídas na estimativa mundial, por fazerem parte da medição do emprego abaixo da idade mínima e da realização de trabalhos perigosos por crianças. É desejável que, com este método melhorado, esta categoria de trabalho infantil possa ser medida directamente em futuras estimativas mundiais da OIT.

Método e dados de base

Para a estimativa mundial da OIT sobre o trabalho infantil de 2012, foram utilizados cerca de 75 conjuntos de dados nacionais. Os dados foram oriundos de pesquisas nacionais domiciliares efetuadas entre 2008 e 2012. No total, 53 países das principais regiões mundiais foram cobertos por estas pesquisas. Alguns países fornecerem diversos conjuntos de dados, relativos a diferentes anos.

Os conjuntos de dados utilizados nas estimativas derivam de pesquisas sobre trabalho infantil (OIT/SIMPOC), pesquisas nacionais realizadas na população trabalhadora ou outras pesquisas domiciliares realizadas, como as Pesquisas sobre Indicadores Múltiplos do UNICEF (*Multiple Indicator Cluster Surveys, MICS*) ou os Estudos de Medição da Qualidade de Vida (*Living Standards Measurement Studies, LSMS*) do Banco Mundial.

Com base nos 75 conjuntos de dados, foram construídas duas amostras para realização da estimativa mundial. A primeira é designada a “amostra completa” e a segunda é designada a “amostra emparelhada”. A amostra completa contém os últimos conjuntos de dados dos 53 países, i.e., os conjuntos de dados mais próximos a 2012. Foi depois utilizada para construir uma estimativa direta do trabalho infantil no mundo para o ano de 2012. A amostra emparelhada, composta pelos 29 países para os quais estavam também disponíveis conjuntos de dados de estimativas mundiais anteriores, ajudou a controlar a variabilidade e contribuiu para melhorar a precisão das estimativas.

Como as pesquisas domiciliares nacionais sobre trabalho infantil diferem, frequentemente com relação a (i) grupos etários cobertos, (ii) tipos de perguntas, (iii) categorias das respostas incluídas nos questionários e (iv) extensão dos valores em falta, os dados tiveram de ser harmonizados antes do cálculo da estimativa.

As estimativas regionais e mundial do trabalho infantil são derivadas por extrapolação dos dados nacionais, através de um método de estimativa composta. Envolve três etapas principais: (i) uma estimativa baseada na amostra completa ou “estimativa direta”, (ii) uma estimativa baseada na amostra emparelhada, ou “estimativa indireta”, e (iii) uma “estimativa composta” baseada nas amostras completa e emparelhada em conjunto. Esta última etapa maximiza as vantagens e minimiza as desvantagens associadas com as estimativas diretas e indiretas. Esta abordagem é totalmente compatível com a utilizada nas estimativas mundiais anteriores.